

LUIZ GUILHERME **MARINONI**

SÉRGIO CRUZ **ARENHART**

DANIEL **MITIDIERO**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

COMENTADO

7^a edição
revista, atualizada
e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO

Luiz Guilherme Marinoni
Sérgio Cruz Arenhart
Daniel Mitidiero

7.^a edição revista, atualizada e ampliada

1.^a edição: 2015; 2.^a edição: 2016; 2.^a tiragem: maio de 2016; 3.^a edição: 1.^a tiragem: 2017;
2.^a tiragem: agosto de 2017; 4.^a edição: 2018; 5.^a edição: 2019; 6.^a edição: 2020.

Diagramação eletrônica: Linotec Fotocomposição e Fitolito Ltda., CNPJ 60.442.175/0001-80
Impressão e encadernação: Edelbra Indústria Gráfica e Editora Ltda., CNPJ 87.639.761/0001-76

© desta edição [2021]

Thomson Reuters Brasil Conteúdo e Tecnologia Ltda.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS
(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacr@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso *eComm*
www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [03-2021]

Profissional

Fechamento desta edição [21.01.2021]



ISBN 978-65-5614-838-0

SUMÁRIO

Sobre os Autores	5
Apresentação	7
Nota à Sétima Edição	9
Nota à Sexta Edição	11
Nota à Quinta Edição	13
Nota à Quarta Edição	15
Nota à Terceira Edição	17
Nota à Segunda Edição	19

Lei 13.105, de 16 de março de 2015

Institui o Código de Processo Civil

1. Código de 1973	159
2. Reformas	159
3. Código de 2015	159
4. Das Fontes às Normas	160
5. Das Normas ao Sistema	160
6. O Processo Civil como Meio Para Tutela dos Direitos	160

PARTE GERAL

1. Parte Geral e Parte Especial	161
---------------------------------------	-----

LIVRO I DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

1. Direito e Processo	163
2. Normas Heterotópicas	163

TÍTULO ÚNICO DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

1. Interpretação	164
2. Aplicação	164

Capítulo I DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

1. Normas Fundamentais	164
2. Compromissos Fundamentais	164
3. Reprodução e Densificação	165
Art. 1.º	165
1. Ordenado, Disciplinado e Interpretado	165
2. Da Constituição ao Código	165

3. Direito ao Processo Justo.....	165
4. Conteúdo do Direito ao Processo Justo	166
5. Eficácia do Direito ao Processo Justo.....	167
Art. 2.º	167
1. <i>Nemo Iudex Sine Actore. Ne Procedat Iudex Ex Officio</i>	167
2. Impulso Oficial	168
Art. 3.º	168
1. Direito à Tutela Adequada e Efetiva	168
2. Direito à Tutela Adequada	169
3. Direito à Tutela Efetiva	169
4. Justiça Multiportas (<i>Multi-door Dispute Resolution</i>)	170
5. Arbitragem	170
6. Solução Consensual	171
Art. 4.º	171
1. Direito à Tutela Tempestiva.....	171
2. Tutela Tempestiva	172
3. Tempo Justo.....	172
4. Direito à Reparação.....	173
5. Economia Processual	173
Art. 5.º	173
1. Boa-fé	173
2. Boa-fé Objetiva.....	174
3. Ausência de Boa-fé	174
4. Qualquer Forma.....	174
Art. 6.º	174
1. Colaboração.....	174
2. Como Modelo. Comunidade de Trabalho	175
3. Pressupostos Culturais do Modelo	175
4. Como Princípio	176
5. Deveres Cooperativos	177
6. Comunidade Argumentativa de Trabalho	178
7. Precedente STJ	178
Art. 7.º	181
1. Direito à Igualdade no Processo Civil.....	181
2. Igualdade Perante a Legislação.....	181
3. Igualdade na Legislação	182
4. Igualdade no Processo e Igualdade pelo Processo	182
5. Paridade de Tratamento e Efetivo Contraditório.....	182
Art. 8.º	183
1. Ordenamento Jurídico	183
2. Fins Sociais e Bem Comum.....	183

3. Dignidade da Pessoa Humana.....	183
4. Legalidade	184
5. Proporcionalidade e Razoabilidade	184
6. Razoabilidade e Equidade	184
7. Publicidade	185
8. Eficiência	185
Art. 9.º	185
1. Contraditório	185
2. Bilateralidade da Instância	185
3. Direito de Influência	186
4. Prévio, Diferido ou Eventual	186
5. Prévio.....	187
6. Exceções	187
Art. 10	187
1. Vedação à Decisão-surpresa	187
2. <i>Iura Novit Curia</i>	187
3. <i>Da Mibi Factum, Dado Tibi Ius</i>	188
4. Precedente do STJ.....	188
Art. 11	191
1. Fundamentação.....	191
2. Publicidade	191
3. Administração Democrática da Justiça Civil	191
Art. 12	191
1. Ordem Preferencialmente Cronológica.....	192
2. Listas	192
3. Fora da Ordem.....	192
4. Exceções	193
5. Primeiro Lugar na Lista	193

Capítulo II

DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

Art. 13	193
1. Normas Brasileiras	193
Art. 14	194
1. Direito Intertemporal.....	194
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	194
3. Isolamento dos Atos Processuais	194
4. Enunciados Administrativos do STJ sobre Direito Intertemporal	195
Art. 15	195
1. Supletiva e Subsidiariamente.....	195

LIVRO II
DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

TÍTULO I
DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO

Art. 16	198
1. Jurisdição	198
2. Jurisdição Civil.....	198
3. Unidade da Jurisdição	198
4. Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária.....	198
5. Jurisdição e Território Nacional.....	198
6. Jurisdição, Tutela Jurisdicional e Tutela Jurisdicional dos Direitos	199
7. Equivalentes Jurisdicionais.....	199
8. Jurisdição e Arbitragem.....	199
Art. 17	200
1. Ação como Direito à Tutela Jurisdicional Adequada, Efetiva e Tempestiva Mediante Processo Justo	200
2. Interesse e Legitimidade	200
3. Aferição da Existência de Interesse e de Legitimidade	200
Art. 18	201
1. Substituição Processual	201
2. Excepcionalidade	201
3. Poderes.....	201
4. Assistente Litisconsorcial.....	201
5. Coisa Julgada	201
6. Substituição Processual, Cooperativa e Ato Cooperativo.....	202
Art. 19	202
1. Ação Declaratória	202
2. Interesse do Autor.....	202
3. Existência, Inexistência ou Modo de Ser de Relação Jurídica.....	202
4. Autenticidade ou Falsidade de Documento	203
5. Ação Declaratória e Título Executivo.....	203
6. Demais Ações Declaratórias	203
Art. 20	203
1. Ação Declaratória e Violação do Direito	203

TÍTULO II
DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL
E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo I
DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

1. Jurisdição e Competência.....	204
2. Limites da Jurisdição Nacional.....	204

3. Competência Internacional Concorrente e Competência Internacional Exclusiva.....	204
Art. 21	204
1. Competência Internacional Concorrente	204
Art. 22	205
1. Alimentos Internacionais	205
2. Relações de Consumo Internacionais	205
3. Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	206
Art. 23	206
1. Competência Internacional Exclusiva	206
2. Não Homologação de Sentença Estrangeira.....	206
3. Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	206
Art. 24	207
1. Ineficácia da Litispêndência Estrangeira	207
2. Ineficácia da Coisa Julgada Estrangeira	207
3. Pendência de Processo no Brasil	207
Art. 25	207
1. Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	208
2. Requisitos da Cláusula Perante o Direito Brasileiro.....	208
3. Abusividade da Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	208
4. <i>Forum Shopping</i>	208
5. Mercosul.....	208

Capítulo II DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 26	208
1. Cooperação Internacional e Tratados	209
2. Autoridade Central	209
Art. 27	209
1. Objeto da Cooperação Internacional.....	209

Seção II Do Auxílio Direto

Art. 28	209
1. Auxílio Direto	209
2. Auxílio Direto Ativo	210
3. Auxílio Direto Passivo.....	210

4. Desnecessidade de Deliberação.....	210
Art. 29	210
1. Autoridade Central.....	210
Art. 30	210
1. Matéria de Auxílio Direto.....	210
Art. 31	210
1. Dispensa de Intermediação Diplomática.....	211
Art. 32	211
1. Atos Não Jurisdicionais.....	211
Art. 33	211
1. Intervenção do Órgão de Atuação Jurídica.....	211
Art. 34	211
1. Auxílio Direto de Conteúdo Jurisdicional.....	211

Seção III

Da Carta Rogatória

Art. 35	211
Art. 36	211
1. Carta Rogatória.....	212
2. Decisões Finais.....	212
3. <i>Exequatur</i>	212
4. Pedidos de Urgência.....	212

Seção IV

Disposições Comuns às Seções Anteriores

Art. 37	212
1. Tramitação.....	212
Art. 38	212
1. Formalização.....	213
Art. 39	213
1. Recusa.....	213
Art. 40	213
1. Procedimento para Homologação de Sentença Estrangeira e para <i>Exequatur</i> a Carta Rogatória.....	213
Art. 41	213
1. Autenticação de Documentos.....	213
2. Reciprocidade.....	213

TÍTULO III
DA COMPETÊNCIA INTERNA

Capítulo I
DA COMPETÊNCIA

Seção I
Disposições Gerais

1. Critérios para Definição de Competência.....	214
2. Competência Absoluta e Competência Relativa.....	214
Art. 42	214
1. Causas Cíveis	214
2. Juízo Arbitral	214
Art. 43	215
1. Perpetuação da Competência	215
2. Incompetência Superveniente.....	215
3. Outras Exceções.....	216
Art. 44	216
1. Fontes para Determinação de Competência	216
2. Competência em Razão do Valor.....	216
3. Competência em Razão da Matéria.....	216
4. Competência em Razão da Pessoa.....	217
5. Critério Funcional para Determinação de Competência.....	217
Art. 45	217
1. Competência da Justiça Estadual em Razão da Matéria.....	217
2. Jurisdição Voluntária	218
3. Remessa dos Autos Entre Justiça Estadual e Federal	218
4. Pendência de Pedido da Competência da Justiça Estadual e Intervenção de Entidade Sujeita à Competência Federal	218
5. Intervenção da União Depois da Apelação	218
6. Anulação de Multa Eleitoral	219
7. Acidente de Trabalho	219
8. Greve e Ação Possessória	219
9. Descumprimento de Normas Trabalhistas.....	219
10. Juízo da Recuperação Judicial e Constrição de Bens	219
11. Intervenção Anômala	219
Art. 46	219
1. Critério Territorial para Determinação de Competência	220
2. <i>Auctor Sequitur Forum Rei</i>	220
3. Execução Fiscal.....	220
Art. 47	220
1. <i>Forum Rei Sitae</i>	220

Art. 48	221
1. Foro do Autor da Herança.....	221
2. Foros Subsidiários	221
Art. 49	221
1. Foro do Ausente.....	221
Art. 50	222
1. Foro do Incapaz.....	222
Art. 51	222
1. Foro da União	222
2. Usucapião	222
3. Justificação Judicial	222
4. Sociedades de Economia Mista Federal.....	222
5. FGTS	223
6. Reintegração de Servidor Federal.....	223
7. Fundação Habitacional do Exército.....	223
8. RFFSA	223
9. Retificação de Dados Cadastrais da Justiça Eleitoral	223
10. Seguro Marítimo.....	223
11. COBAL e CIBRAZEM.....	223
12. Concessionária de Telefonia e Relação de Consumo.....	223
13. Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.....	223
14. Natureza Constitucional	223
Art. 52	223
1. Foro dos Estados e do Distrito Federal	224
Art. 53	224
1. Foro do Divórcio, Separação, Anulação de Casamento e Reconhecimento ou Dissolução de União Estável.....	224
2. Foro do Alimentando.....	224
3. Foro do Lugar	225
4. Foro do Lugar do Ato ou Fato	225
5. Foro do Domicílio do Autor ou do Lugar do Fato	225

Seção II

Da Modificação da Competência

1. Modificações da Competência	225
Art. 54	226
1. Competências Modificáveis pela Conexão	226
Art. 55	226
1. Conexão.....	226
2. Classificação da Conexão	226

3. Faculdade Judicial	227
4. Julgamento de Uma das Ações Conexas	227
5. Reunião de Processo de Execução e Processo de Conhecimento.....	227
Art. 56	227
1. Continência	227
Art. 57	227
1. Reunião das Causas	227
2. Obrigatoriedade.....	227
Art. 58	228
1. Prevenção.....	228
2. Prevenção e Produção Antecipada de Prova	228
Art. 59	228
1. Momento da Prevenção	228
2. Prevenção e Juízo Incompetente.....	228
Art. 60	228
1. Imóvel Situado em Mais de Um Estado, Comarca ou Subseção Judiciária	228
Art. 61	228
1. Competência e Conexão Qualificada por Acessoriedade	228
2. Competência e Conexão Qualificada por Reconvenção, Prejudicialidade, Garantia e Compensação.....	229
Art. 62	229
1. Competências Não Modificáveis pela Vontade das Partes	229
Art. 63	229
1. <i>Forum Electionis</i> e <i>Forum Contractus</i>	229
2. Forma do Foro de Eleição.....	229
3. Transmissibilidade do Foro de Eleição	230
4. Nulidade da Cláusula de Eleição de Foro.....	230

Seção III

Da Incompetência

Art. 64	230
1. Incompetência Relativa	230
2. Incompetência Absoluta	230
3. Procedimento.....	231
4. Recurso	231
5. Decisões do Juízo Incompetente	231
Art. 65	231
1. Prorrogação de Competência	231
2. Legitimidade para Arguir a Incompetência	232

Art. 66	232
1. Conflito de Competência	232
2. Objeto do Conflito de Competência	233

Capítulo II DA COOPERAÇÃO NACIONAL

Art. 67	233
1. Dever de Cooperação	233
2. Cooperação e Arbitragem	233
Art. 68	233
1. Cooperação e Atos Processuais.....	233
Art. 69	233
1. Cooperação e Forma	234
2. Cooperação Judicial e Solicitação de Tribunal Arbitral.....	234
3. Atos Concertados	234
4. Cooperação Judicial e Recuperação Judicial.....	234

LIVRO III DOS SUJEITOS DO PROCESSO TÍTULO I DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Conceito de Parte.....	236
2. Conceito de Procurador	236

Capítulo I DA CAPACIDADE PROCESSUAL

1. Capacidade Processual	236
2. Requisito para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito	236
Art. 70	237
1. Capacidade para Estar em Juízo	237
Art. 71	237
1. Representação e Assistência dos Incapazes	238
2. Pessoa com Deficiência e Acesso à Justiça.....	238
3. Poder Familiar.....	238
4. Tutores	238
5. Curadores	238
6. Tomada de Decisão Processual Apoiada.....	238
7. Intervenção do Ministério Público	238
Art. 72	239
1. Curador Especial.....	239
2. Curador Especial e Incapazes	239

3. Curador Especial, Prisão e Revelia.....	239
4. Poderes do Curador Especial.....	239
5. Curador Especial e Defensoria Pública	240
6. Curador Especial e Ministério Público.....	240
Art. 73	240
1. Capacidade para Estar em Juízo Ativamente dos Cônjuges ou Conviventes	240
2. Capacidade para Estar em Juízo Passivamente dos Cônjuges ou Conviventes.....	241
3. Capacidade para Estar em Juízo dos Cônjuges ou Conviventes e Ações Possessórias	241
4. Ausência do Consentimento do Cônjuge ou Convivente.....	241
5. Preterição da Formação Litisconsorcial Necessária.....	242
Art. 74	242
1. Suprimento Judicial do Assentimento do Cônjuge	242
2. Recusa do Suprimento Judicial.....	242
Art. 75	242
1. Apresentação e Representação	243
2. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno	243
3. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Privado.....	244
4. Representação dos Entes Despersonalizados.....	244
Art. 76	245
1. Incapacidade Processual e Dever de Dialogar	245
2. Consequências da Não Sanação do Defeito	245
3. Consequências da Não Sanação do Defeito em Grau Recursal	246

Capítulo II

DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

1. Deveres de Todos os Participantes do Processo.....	246
---	-----

Seção I

Dos Deveres

Art. 77	246
1. Proibição Processual.....	247
2. Dever de Veracidade.....	248
3. Dever de Lealdade e de Boa-fé.....	248
4. Dever de Não Formular Alegações Ciente de que Destituídas de Fundamentação.....	248
5. Dever de Não Produzir Provas ou Praticar Atos Inúteis ou Desnecessários à Declaração ou Defesa do Direito	248
6. Dever de Exato Cumprimento das Decisões Judiciais.....	249
7. Dever de Apresentação e Atualização de Endereço.....	249
8. Dever de Não Praticar Inovação Ilegal.....	249
9. Violação aos Deveres.....	249

10. Atos Atentatórios ao Exercício da Jurisdição	249
11. Ato Atentatório e Dever de Cumprimento das Decisões Judiciais	250
12. Sanções do Atentado.....	250
Art. 78	251
1. Expressões Ofensivas	251
2. Sanções Criminais.....	251
3. Sanções Cíveis para o Advogado	251

Seção II

Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual

Art. 79	252
1. Responsabilidade por Dano Processual	252
Art. 80	252
1. Rol Exemplificativo	252
2. Alegações Desprovidas de Fundamentação	252
3. Alteração da Verdade dos Fatos	253
4. Uso do Processo para Consecução de Objetivo Ilegal	253
5. Resistência Injustificada ao Andamento do Processo.....	253
6. Condução Temerária da Causa.....	253
7. Incidentes Manifestamente Infundados	253
8. Interposição de Recurso com Intuito Manifestamente Protelatório.....	253
9. Litigância de Má-fé e Benefício da Gratuidade Judiciária.....	254
Art. 81	254
1. Consequências da Má-fé no Processo.....	254
2. Pluralidade de Litigantes de Má-fé	254
3. Valor da Indenização	254

Seção III

Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas

Art. 82	255
1. Ônus de Antecipação de Despesas Judiciais.....	255
2. Despesas Processuais.....	255
3. Justiça Gratuita	255
4. Antecipação de Tutela e Despesas Processuais.....	255
5. Condenação nas Despesas Processuais	256
6. Princípio da Causalidade.....	257
7. Ministério Público e Despesas Processuais	257
Art. 83	257
1. <i>Cautio Pro Expensis</i>	257
2. Constitucionalidade	258

3. Demandante	258
4. Qualquer Espécie de Ação	258
5. Momento	258
6. Benefício da Gratuidade.....	258
7. Dispensa de Caução às Despesas	259
8. Reforço de Caução	259
9. Caução Espontânea e Caução Forçada	259
10. Caução Real e Caução Fidejussória	259
Art. 84	259
1. Despesas Processuais.....	259
Art. 85	259
1. Honorários Advocatícios.....	261
2. Fixação da Verba Honorária	261
3. Honorários e Fazenda Pública.....	262
4. Honorários a Favor dos Advogados Públicos. Constitucionalidade.....	262
5. Honorários, Cumprimento de Sentença e Execução.....	263
6. Apreciação Equitativa do Juiz.....	264
7. Honorários e Embargos de Terceiros.....	264
8. Honorários Recursais	264
9. Honorários e Cessão de Crédito	265
10. Honorários e Astreintes.....	265
11. Honorários, Ação Rescisória e Repetibilidade	265
Art. 86	265
1. Sucumbência Parcial	265
2. Sucumbência Mínima	266
Art. 87	266
1. Pluralidade de Partes e Despesas Processuais.....	266
2. Pluralidade de Partes e Sucumbência Parcial	266
Art. 88	266
1. Jurisdição Voluntária e Despesas Processuais.....	266
Art. 89	266
1. Juízos Divisórios Voluntários e Despesas Processuais	266
Art. 90	267
1. Desistência, Renúncia, Reconhecimento e Despesas Processuais	267
2. Transação e Despesas Processuais.....	267
Art. 91	268
1. Ministério Público e Despesas Processuais	268
2. Fazenda Pública e Despesas Processuais	268
Art. 92	268
1. Abandono de Causa e Despesas Processuais	268

Art. 93	269
1. Atos Adiados ou Repetidos e Despesas Processuais	269
2. Justo Motivo	269
Art. 94	269
1. Assistência e Despesas Processuais	269
Art. 95	269
1. Adiantamento de Honorários de Perito e de Assistentes Técnicos	270
2. Honorários Periciais e Ministério Público	270
3. Honorários Periciais e Gratuidade da Justiça	270
Art. 96	270
1. Sanções à Má-fé e Beneficiários	270
Art. 97	271
1. Fundos de Modernização do Poder Judiciário	271

Seção IV

Da Gratuidade da Justiça

1. Assistência Judiciária Gratuita	271
Art. 98	271
1. Requisitos da Gratuidade da Justiça	272
2. Pessoa Jurídica e Assistência Judiciária Gratuita	272
3. Instituição Financeira e Gratuidade de Justiça	272
4. Modulação da Gratuidade da Justiça	272
5. Custeio de Prova Pericial e Gratuidade da Justiça	272
Art. 99	273
1. Assistência Judiciária Gratuita e Simples Afirmação de Pessoa Natural	273
2. Pessoa Jurídica e Gratuidade de Justiça	273
3. Duração do Benefício	273
4. Irretroatividade do Benefício	274
5. Concessão Tácita	274
6. Pessoalidade do Benefício	274
7. Recurso no Interesse Exclusivo do Advogado e Gratuidade	274
Art. 100	274
1. Impugnação ao Benefício	274
Art. 101	274
1. Gratuidade da Justiça e Recurso	275
2. Suspensividade do Recurso	275
Art. 102	275
1. Revogação da Gratuidade e Prazo para o Recolhimento das Despesas	275

Capítulo III DOS PROCURADORES

Art. 103	275
1. Representação da Parte em Juízo	276
2. Advocacia em Causa Própria	276
Art. 104	276
1. Capacidade Postulatória e Procuração	276
2. Postulação sem Procuração	276
Art. 105	276
1. Procuração e Poderes	277
2. Procuração e Assinatura Digital	277
3. Requisitos da Procuração	277
Art. 106	277
1. Ônus do Advogado	278
2. Endereço a Ser Indicado	278
Art. 107	278
1. Direitos do Advogado	278

Capítulo IV DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Sucessão Processual	279
Art. 108	279
1. Estabilidade Subjetiva do Processo	279
Art. 109	279
1. Alienação da Coisa Litigiosa	279
2. Legitimidade para Causa	280
3. Eficácia da Sentença	280
Art. 110	280
1. Sucessão Processual Necessária	280
2. Morte da Parte e Direitos Personalíssimos	281
Art. 111	281
1. Sucessão de Patronos	281
Art. 112	281
1. Denúncia do Mandato	281

TÍTULO II DO LITISCONSÓRCIO

1. Litisconsórcio	282
2. Classificação do Litisconsórcio	282

Art. 113	282
1. Fontes do Litisconsórcio	282
2. Litisconsórcio Facultativo	283
3. Litisconsórcio Facultativo Multitudinário.....	283
Art. 114	284
1. Litisconsórcio Necessário.....	284
2. Litisconsórcio Facultativo Unitário	284
Art. 115	285
1. Consequências da Não Formação de Litisconsórcio Necessário.....	285
2. Litisconsórcio Necessário e Ação Rescisória.....	285
Art. 116	285
1. Litisconsórcio Unitário	286
2. Litisconsórcio Unitário e Recurso Interposto por Um Litisconsorte.....	286
Art. 117	286
1. Regimes do Litisconsórcio	286
2. Regime Comum.....	286
3. Regime Especial.....	286
Art. 118	287
1. Condução do Processo	287

TÍTULO III DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1. Partes e Terceiros.....	288
2. Intervenção de Terceiros.....	288
3. Intervenção Voluntária e Intervenção Forçada.....	288

Capítulo I DA ASSISTÊNCIA

1. Assistência	288
----------------------	-----

Seção I Disposições Comuns

Art. 119	288
1. Requisitos	288
2. Estado do Processo.....	289
Art. 120	289
1. Admissão do Assistente Simples	289

Seção II Da Assistência Simples

Art. 121	290
1. Assistência Simples	290
2. Poderes e Ônus do Assistente Simples	290
3. Revelia do Assistido	291
Art. 122	291
1. Subordinação do Assistente Simples	291
Art. 123	291
1. Eficácia da Assistência Simples	291
2. <i>Exceptio Male Gestis Processus</i>	292

Seção III Da Assistência Litisconsorcial

Art. 124	292
1. Assistência “Litisconsorcial”	292

Capítulo II DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

Art. 125	292
1. Denúnciação da Lide	293
2. Obrigatoriedade da Denúnciação	293
3. Litisdenúnciação pelo Demandante e pelo Demandado	293
4. Hipóteses de Denúnciação	293
5. Cabimento da Denúnciação	293
6. Litisdenúnciação Sucessiva	294
7. Denúnciação da Lide <i>Per Saltum</i>	294
Art. 126	294
1. Momento Oportuno para Denúnciação	294
2. Controle de Ofício	294
3. Prazo para a Convocação do Denunciado	295
Art. 127	295
1. Denúnciação pelo Demandante e Comparecimento do Denunciado	295
Art. 128	295
1. Denúnciação pelo Demandado e Comparecimento do Denunciado	296
2. Condenação do Denunciado	296
Art. 129	296
1. Decisão Simultânea	296
2. Despesas Processuais	296

Capítulo III DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

Art. 130	297
1. Chamamento ao Processo	297
2. Hipóteses	297
3. Cabimento	297
Art. 131	298
1. Momento Oportuno para o Chamamento	298
2. Controle de Ofício	298
3. Citação do Chamado	298
Art. 132	298
1. Eficácia da Decisão	298

Capítulo IV DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 133	299
1. Autonomia da Pessoa Jurídica	299
2. Desconsideração da Personalidade Jurídica	299
3. Desconsideração Inversa	299
4. Pressupostos. Direito Civil. O Código Civil	299
5. Pressupostos. Direito do Consumidor	300
6. Pressupostos. Direito Econômico.	300
7. Pressupostos. Direito do Trabalho	300
8. Pressupostos. Direito Tributário	300
9. Desconsideração como “Regra de Exceção”	301
10. Requerimento da Parte ou do Ministério Público e Atuação de Ofício	301
Art. 134	301
1. Cabimento do Incidente	301
2. Desconsideração Requerida na Petição Inicial	301
3. Desconsideração Requerida em Outro Momento	302
Art. 135	302
1. Contraditório	302
Art. 136	302
1. Decisão e Recurso	302
Art. 137	302
1. Fraude de Execução.....	302

Capítulo V DO AMICUS CURIAE

Art. 138	303
1. <i>Amicus Curiae</i>	303

2. Representatividade Adequada	303
3. Intervenção de Terceiros e <i>Amicus Curiae</i>	303
4. Extensão dos Poderes do <i>Amicus Curiae</i>	304

TÍTULO IV DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Capítulo I DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ

Art. 139	305
1. Direção do Processo	305
2. Deveres na Direção do Processo	306
3. Técnica Executiva Atípica	306
4. STJ	306
5. Flexibilização Procedimental	306
6. Colheita do Interrogatório Livre	307
7. Dever de Saneamento	307
8. Outros Deveres na Direção do Processo	307
Art. 140	307
1. Dever de Decidir	308
2. Julgamento da Lide	308
3. Equidade	308
Art. 141	308
1. Princípio da Demanda	308
2. Mérito Processual	309
3. Questões Conhecíveis de Ofício	309
4. Quebra da Congruência Entre Pedido e Tutela Jurisdicional	309
Art. 142	309
1. Uso Ilegal do Processo	309
2. Circunstâncias da Causa	309
3. Extinção do Processo sem Resolução de Mérito	309
Art. 143	310
1. Responsabilidade Civil do Juiz	310
2. Notificação ao Juiz	310

Capítulo II DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

1. Imparcialidade	310
Art. 144	310
1. Impedimentos	311
2. Hipóteses	311
3. Alegação de Impedimento	312

Art. 145	312
1. Suspeições.....	312
2. Hipóteses.....	313
3. Alegação de Suspeição.....	313
4. Suspeição por Motivo Superveniente.....	313
Art. 146	314
1. Alegação de Impedimento.....	314
2. Alegação de Suspeição.....	314
3. Legitimidade.....	315
4. Prazo.....	315
5. Qualquer Tempo e Grau de Jurisdição.....	315
6. Juiz do Processo.....	315
7. Suspensão.....	315
Art. 147	316
1. Impedimento no Tribunal.....	316
Art. 148	316
1. Extensão de Impedimentos e Suspeições.....	316
2. Perito e Intérprete.....	316
3. Procedimento.....	317
4. Procedimento nos Tribunais.....	317
5. Impedimento e Suspeição da Testemunha.....	317

Capítulo III DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Art. 149	317
1. Auxiliares do Juízo.....	317

Seção I

Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça

Art. 150	317
1. Ofícios da Justiça.....	318
Art. 151	318
1. Número de Oficiais de Justiça.....	318
Art. 152	318
1. Atribuições do Escrivão de Justiça.....	318
2. Impedimento do Escrivão e Substituição para o Ato.....	319
Art. 153	319
1. Ordem Preferencialmente Cronológica de Publicação e Efetivação de Atos Judiciais.....	319
Art. 154	319
1. Atribuições do Oficial de Justiça.....	320
Art. 155	320
1. Responsabilidade Civil do Escrivão e do Oficial.....	320

Seção II Do Perito

Art. 156	320
1. Perito	321
2. Escolha do Perito	321
3. Escolha do Especialista	321
Art. 157	321
1. Dever e Escusa do Perito	322
2. Apresentação da Escusa	322
3. Lista de Peritos.....	322
4. Dever e Escusa do Especialista	322
Art. 158	322
1. Responsabilidade do Perito	322

Seção III Do Depositário e do Administrador

Art. 159	323
1. Depositário e Administrador.....	323
Art. 160	323
1. Remuneração	323
2. Preposto	323
Art. 161	323
1. Responsabilidade Civil do Depositário e do Administrador	324

Seção IV Do Intérprete e do Tradutor

Art. 162	324
1. Intérprete e Tradutor	324
2. Atribuições.....	324
Art. 163	324
1. Nomeação de Intérprete e de Tradutor	325
Art. 164	325
1. Dever e Escusa	325
2. Responsabilidade do Intérprete e do Tradutor	325

Seção V Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais

Art. 165	325
1. Conciliação	326
2. Mediação	326
3. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos	326

Art. 166	326
1. Princípios da Conciliação e da Mediação.....	326
2. Procedimento.....	327
Art. 167	327
1. Quadro de Conciliadores e Mediadores.....	328
2. Capacitação e Reciclagem	328
Art. 168	328
1. Escolha do Conciliador ou do Mediador	328
Art. 169	328
1. Remuneração	329
2. Trabalho Voluntário	329
Art. 170	329
1. Impedimento e Suspeição do Conciliador e do Mediador.....	329
2. Arguição de Impedimento e Suspeição.....	329
Art. 171	329
1. Impossibilidade Temporária	329
Art. 172	329
1. Vedação de Atuação Parcial.....	329
Art. 173	330
1. Exclusão do Cadastro	330
Art. 174	330
1. Mediação e Conciliação Públicas	330
Art. 175	330
1. Outras Formas de Autocomposição	331
2. Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação	331

TÍTULO V DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 176	332
1. Papel Constitucional do Ministério Público.....	332
2. Ministério Público e Ações Individuais	332
3. Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais	332
Art. 177	333
1. Ministério Público como Parte.....	333
2. Prerrogativas do Ministério Público	333
3. Litisconsórcio Entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.....	333
Art. 178	333
1. Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	333
2. Ministério Público e Interesse Público Primário.....	333

Art. 179	334
1. Poderes do Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	334
2. Intervenção Obrigatória do Ministério Público e Invalidez Processual	334
Art. 180	335
1. Prazo em Dobro	335
2. Interesse Público e Não Intervenção no Prazo Legal	335
Art. 181	335
1. Responsabilidade Civil do Ministério Público	335

TÍTULO VI DA ADVOCACIA PÚBLICA

Art. 182	336
1. Advocacia Pública	336
Art. 183	336
1. Prazo e Intimação Pessoal	336
Art. 184	336
1. Responsabilidade Civil do Advogado Público	336

TÍTULO VII DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 185	337
1. Função Constitucional da Defensoria Pública	337
2. Defensoria Pública e Honorários Sucumbenciais	337
Art. 186	337
1. Prazo e Intimação Pessoal	337
Art. 187	338
1. Responsabilidade Civil do Defensor Público	338

LIVRO IV DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Atos Processuais	339
---------------------------	-----

TÍTULO I DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Forma	340
2. Tempo	340
3. Lugar	340

Capítulo I
DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I
Dos Atos em Geral

Art. 188	340
1. Instrumentalidade das Formas	340
2. <i>Fac-símile</i>	341
Art. 189	341
1. Publicidade	341
2. Segredo de Justiça	341
Art. 190	342
1. Acordos Processuais	342
2. Objeto.....	342
3. Controle.....	343
Art. 191	343
1. Calendário Processual	343
2. Violação.....	343
3. Modificação.....	344
Art. 192	344
1. Língua Portuguesa	344
2. Documento Redigido em Língua Estrangeira.....	344
3. Tradutor Juramentado.....	344

Seção II
Da Prática Eletrônica de Atos Processuais

Art. 193	345
1. Prática Eletrônica.....	345
2. Processo Eletrônico.....	345
Art. 194	345
1. Processo Justo	345
Art. 195	345
1. Registro.....	345
Art. 196	346
1. Poder Regulamentar.....	346
Art. 197	346
1. Presunção de Veracidade e Proteção da Confiança.....	346
2. Justa Causa.....	346
Art. 198	346
1. Infraestrutura.....	346

Art. 199	347
1. Acessibilidade	347

Seção III

Dos Atos das Partes

Art. 200	347
1. Eficácia Imediata dos Atos Processuais	347
Art. 201	347
1. Recibo	347
Art. 202	347
1. Cotas Marginais ou Interlineares	348

Seção IV

Dos Pronunciamentos do Juiz

Art. 203	348
1. Pronunciamentos do Juiz.....	348
2. Sentenças	348
3. Decisões Interlocutórias	348
4. Despachos.....	349
Art. 204	349
1. Acórdãos	349
2. Decisões Monocráticas	349
Art. 205	349
1. Autenticidade.....	349
2. Assinatura Eletrônica	350
3. Publicação.....	350

Seção V

Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria

Art. 206	350
1. Recebimento da Inicial.....	350
2. Autos Adicionais e Sobreautuação	350
Art. 207	350
1. Numeração e Rubrica	350
2. Faculdade	351
Art. 208	351
1. Forma Simplificada.....	351
2. Responsabilidade do Serventuário.....	351

Art. 209	351
1. Autenticidade.....	351
2. Forma Digital	351
Art. 210	352
1. Taquigrafia, Estenotipia e Outros.....	352
Art. 211	352
1. Espaços em Branco, Entrelinhas, Emendas e Rasuras.....	352

Capítulo II DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I Do Tempo

Art. 212	352
1. Tempo.....	353
2. Conclusão	353
3. Citações, Intimações e Penhoras.....	353
4. Horário Forense e Horário Bancário	353
Art. 213	353
1. Horário Eletrônico.....	353
Art. 214	354
1. Férias Forenses e Feriados	354
2. Atos Processuais em Feriados.....	354
Art. 215	354
1. Tramitação Ininterrupta.....	354
Art. 216	354
1. Dias Feriados	354

Seção II Do Lugar

Art. 217	355
1. Lugar	355

Capítulo III DOS PRAZOS

Seção I Disposições Gerais

1. Prazos	355
2. Classificação	356

3. Alterabilidade	356
4. Fluência e Contagem	356
Art. 218	356
1. Prazos Legais e Prazos Judiciais	356
2. Espera	356
3. Dupla Omissão	356
4. Tempestividade	356
Art. 219	357
1. Contagem Dias Úteis	357
2. Suspensão e Interrupção	357
Art. 220	357
1. Recesso Forense	357
Art. 221	357
1. Obstáculo	357
2. Suspensão do Processo	358
3. Autocomposição	358
4. Restituição	358
Art. 222	358
1. Prorrogação	358
2. Redução	358
Art. 223	358
1. Prazos Próprios e Prazos Impróprios	359
2. Preclusão	359
3. Direito de Praticar ou Emendar	359
4. Justa Causa	359
5. Procedimento	360
Art. 224	360
1. Contagem	360
2. Métodos	360
Art. 225	360
1. Renúncia	361
Art. 226	361
1. Prazos para o Juiz	361
Art. 227	361
1. Prazos Impróprios e Inexistência de Preclusão Temporal	361
2. Motivo Justificado	361
Art. 228	361
1. Prazos para o Servidor	362
Art. 229	362
1. Litisconsórcio	362

2. Processo Eletrônico.....	362
Art. 230	362
1. Fluência do Prazo.....	362
Art. 231	362
1. Fluência de Prazo.....	363
2. Correio.....	363
3. Oficial de Justiça.....	363
4. Escrivão ou Chefe de Secretaria.....	363
5. Edital.....	363
6. Eletrônica.....	363
7. Carta.....	364
8. Diário da Justiça Impresso ou Eletrônico.....	364
9. Carga.....	364
10. Pluralidade de Réus e Citação.....	364
11. Pluralidade de Partes e Intimação.....	364
12. Ato Pessoal da Parte.....	364
13. Portal Eletrônico.....	364
Art. 232	364
1. Imediatamente Informada.....	364

Seção II

Da Verificação dos Prazos e das Penalidades

Art. 233	365
1. Verificação dos Prazos.....	365
2. Processo Administrativo.....	365
Art. 234	365
1. Restituição dos Autos.....	365
Art. 235	366
1. Excesso de Prazo pelo Juiz.....	366

TÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 236	367
1. Cumprimento dos Atos Processuais.....	367
2. Videoconferência.....	367
Art. 237	367
1. Expedição de Cartas.....	367
2. Carta de Ordem.....	368
3. Carta Rogatória.....	368

4. Carta Precatória.....	368
5. Carta Arbitral.....	368
6. Inexistência de Juízo Federal.....	368

Capítulo II DA CITAÇÃO

Art. 238	368
1. Citação.....	368
2. Audiência.....	369
3. Defesa.....	369
4. Atitudes.....	369
Art. 239	369
1. Validade do Processo.....	370
2. Inexistência.....	370
3. Invalidez.....	370
4. Rejeição.....	370
Art. 240	370
1. Efeitos.....	370
2. Litispendência.....	371
3. Litigiosidade da Coisa.....	371
4. Constituição em Mora.....	371
5. Interrupção da Prescrição.....	371
6. Dinâmica da Citação.....	372
7. Demais Prazos Extintivos.....	372
Art. 241	372
1. Comunicação.....	372
Art. 242	372
1. Pessoaalidade e Pessoa Física.....	373
2. Pessoaalidade e Pessoa Jurídica.....	373
3. Réu Ausente.....	373
4. Réu Locador Ausente.....	373
5. Fazenda Pública.....	373
Art. 243	374
1. Lugar da Citação.....	374
2. Citação do Militar.....	374
Art. 244	374
1. Vedação à Citação.....	374
Art. 245	374
1. Réu Mentalmente Incapaz ou Impossibilitado.....	375
2. Procedimento.....	375

Art. 246	375
1. Modalidades	375
2. Cadastro Eletrônico	376
3. Usucapião	376
Art. 247	376
1. Correio.....	376
2. Exceções	376
Art. 248	377
1. Procedimento.....	377
2. Recebimento.....	377
Art. 249	378
1. Oficial de Justiça	378
Art. 250	378
1. Mandado	378
Art. 251	379
1. Procedimento.....	379
Art. 252	379
1. Hora Certa.....	379
2. Procura do Citando	380
3. Suspeita de Ocultação	380
4. Pessoa Intimada	380
5. Dia Útil Imediato.....	380
Art. 253	380
1. Efetivação	381
2. Ultimação	381
3. Revelia	381
Art. 254	381
1. Comunicação	381
Art. 255	382
1. Contíguas.....	382
Art. 256	382
1. Edital	382
2. Desconhecido ou Incerto	382
3. Ignorado, Incerto ou Inacessível	382
4. Dever de Auxílio	383
5. Outros Casos	383
6. Divulgação	383
7. Revelia	383
Art. 257	383
1. Pressupostos.....	384

2. Requisitos	384
3. Procedimento.....	384
4. Prazo de Espera e Prazo de Resposta.....	384
Art. 258	384
1. Alegação Dolosa	384
Art. 259	385
1. Editais Necessários	385

Capítulo III DAS CARTAS

Art. 260	385
1. Requisitos Essenciais	385
2. Requisitos Eventuais.....	386
3. Carta Arbitral	386
Art. 261	386
1. Cumprimento	386
2. Diligência	386
Art. 262	387
1. Itinerante	387
Art. 263	387
1. Meio Eletrônico.....	387
2. Outros Meios.....	387
Art. 264	387
1. Resumo Substancial.....	387
Art. 265	387
1. Telefone	388
Art. 266	388
1. De Ofício	388
Art. 267	388
1. Recusa.....	388
2. Requisitos	389
3. Incompetência Absoluta	389
4. Autenticidade.....	389
5. Irresignação em Face do Ato Praticado.....	389
6. Decisão Fundamentada.....	389
Art. 268	389
1. Devolução	389

Capítulo IV DAS INTIMAÇÕES

Art. 269	390
1. Intimação.....	390
2. Modalidades	390
Art. 270	390
1. Meio Eletrônico.....	390
2. Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública.....	391
Art. 271	391
1. De Ofício.....	391
Art. 272	391
1. Publicação.....	392
2. Indicação Específica.....	392
3. Carga dos Autos.....	392
4. Preposto.....	392
5. Invalidade ou Ineficácia.....	392
Art. 273	393
1. Escrivão ou Chefe de Secretaria	393
Art. 274	393
1. Correio, Cartório ou Secretaria	393
2. Endereço.....	393
Art. 275	393
1. Oficial de Justiça	394
2. Certidão.....	394
3. Hora Certa.....	394
4. Edital.....	394

TÍTULO III DAS NULIDADES

1. Forma e Invalidade.....	395
2. Invalidades Processuais	395
3. Teorias sobre Invalidades Processuais.....	395
4. Invalidades Processuais e Colaboração	395
Art. 276	396
1. Proibição do <i>Venire contra Factum Proprium</i>	396
Art. 277	396
1. Finalidade	396
Art. 278	396
1. Alegação	396

2. “Nulidade de Algibeira”	397
Art. 279	397
1. Ministério Público	397
2. Alcance	398
Art. 280	398
1. Citações e Intimações	398
Art. 281	398
1. Projeção	398
2. Decorrente	398
3. Parcial	398
4. Redução Eficacial	399
Art. 282	399
1. Extensão e Providências	399
2. <i>Pas de Nullité Sans Grief</i>	399
3. Mérito	399
Art. 283	399
1. Erro de Forma	399
2. Atos Necessários	400
3. Prejuízo à Ampla Defesa e ao Contraditório	400

TÍTULO IV DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO

Art. 284	401
1. Registro	401
2. Distribuição	401
3. Critérios	401
Art. 285	401
1. Alternada	401
Art. 286	401
1. Dependência	402
2. Prevenção e Reiteração da Demanda	402
3. Anotação	402
Art. 287	402
1. Procuração	403
2. Dispensa	403
Art. 288	403
1. Distribuidor	403
2. Juiz	403
Art. 289	403
1. Fiscalização	403

Art. 290	404
1. Cancelamento.....	404

TÍTULO V DO VALOR DA CAUSA

1. Valor da Causa.....	405
2. Relevância.....	405
3. Fixação.....	405
4. Requerimento da Parte e Conhecimento de Ofício.....	405
Art. 291	405
1. Valor Certo.....	405
2. Pedido Genérico.....	405
3. Ausência.....	406
Art. 292	406
1. Fixação Legal.....	406
2. Tutela Ressarcitória.....	406
3. Existência, Validade, Cumprimento, Modificação, Resolução, Resilição ou Rescisão de Negócio Jurídico.....	407
4. Alimentos.....	407
5. Divisão, Demarcação e Reivindicação.....	407
6. Tutela Reparatória.....	407
7. Cumulação.....	407
8. Cumulação Simples e Cumulação Sucessiva.....	408
9. Cumulação Alternativa.....	408
10. Pedido Alternativo.....	408
11. Vencidas e Vincendas.....	408
12. De Ofício.....	408
13. Casuística.....	408
Art. 293	409
1. Preliminar de Contestação.....	409

LIVRO V DA TUTELA PROVISÓRIA

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 294	412
1. Do Processo Cautelar à Parte Geral.....	412
2. Dos Provimentos Cautelares à Técnica Antecipatória.....	412
3. Técnica Antecipatória e Tutela dos Direitos.....	412
4. Tutelas Provisórias.....	413
5. Antecedente ou Incidental.....	413

6. Requerimento da Parte.....	413
7. Recurso Cabível.....	413
8. Fungibilidade.....	414
Art. 295	414
1. Despesas Processuais.....	414
Art. 296	414
1. Provisoriamente.....	414
2. Identidade Parcial ou Total.....	415
3. Referibilidade da Tutela Cautelar à Tutela Satisfativa.....	415
4. Revogação, Modificação e Novo Pedido.....	415
5. Suspensão.....	415
Art. 297	415
1. Técnica Executiva: da Rigidez à Maleabilidade.....	415
2. Adequação da Técnica Executiva para Efetivação da Tutela.....	416
Art. 298	416
1. Fundamentação.....	416
2. Claro e Preciso.....	417
Art. 299	417
1. Competência.....	417
2. Competência nos Recursos.....	417
3. Disposição Especial.....	417

TÍTULO II DA TUTELA DE URGÊNCIA

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 300	418
1. Tutela de Urgência.....	418
2. Atipicidade.....	418
3. Probabilidade do Direito.....	418
4. Perigo na Demora.....	418
5. Caução.....	419
6. Momento.....	419
7. Irreversibilidade.....	419
Art. 301	420
1. Tutela Cautelar.....	420
Art. 302	420
1. Responsabilidade pelo Dano Oriundo da Tutela de Urgência.....	420
2. Liquidação.....	421
3. Valores Recebidos em Antecipação de Tutela, Responsabilidade Objetiva e Repetibilidade.....	421

Capítulo II
DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA
REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 303	421
1. Autonomização da Antecipação da Tutela	422
2. Urgência Contemporânea	422
3. Tutela Satisfativa de Urgência	422
4. Procedimento	422
Art. 304	423
1. Estabilização da Antecipação da Tutela	423
2. Ônus de Recorrer	423
3. Ação Exauriente	424
4. Petição Inicial da Ação Antecedente	424
5. Eficácia da Decisão	424
6. Inconstitucionalidade da Previsão de Coisa Julgada	424

Capítulo III
DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR
REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 305	425
1. Tutela Cautelar Preparatória	425
2. Petição Inicial	425
3. Liminar Cautelar	426
Art. 306	426
1. Contestação	426
Art. 307	426
1. Revelia	426
2. Procedimento Comum	426
Art. 308	426
1. Referibilidade	427
2. Procedimento	427
Art. 309	427
1. Cessação de Eficácia	427
2. Renovação do Pedido	428
Art. 310	428
1. Ausência de Coisa Julgada sobre o Direito Acautelado	428
2. Prescrição ou Decadência	428

TÍTULO III DA TUTELA DA EVIDÊNCIA

Art. 311	429
1. Tutela da Evidência	429
2. Defesa Inconsistente	429
3. Precedentes	429
4. Contrato de Depósito	429
5. Prova Contrária	430
6. Momento	430

LIVRO VI DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

TÍTULO I DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

Art. 312	432
1. Formação do Processo	432
2. Propositura da Ação	432
3. Efeitos	432

TÍTULO II DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 313	433
1. Suspensão do Processo	434
2. Hipóteses	434
3. Morte ou Perda da Capacidade Processual da Parte	434
4. Omissão no Ajuizamento da Ação de Habilitação	435
5. Morte ou Perda da Capacidade Processual do Representante da Parte	435
6. Morte ou Perda da Capacidade Processual do Procurador	435
7. Convenção das Partes	435
8. Impedimento e Suspeição	435
9. Demandas Repetitivas	435
10. Sentença de Mérito	436
11. Força Maior	436
12. Tribunal Marítimo	436
13. Suspensão por Maternidade ou Paternidade	436
Art. 314	436
1. Vedação	437
2. Urgência	437

Art. 315	437
1. Prejudicialidade Externa Penal.....	437
2. Ação Penal Não Exercida.....	437

TÍTULO III DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 316	438
1. Extinção do Processo.....	438
Art. 317	438
1. Dever de Prevenção.....	438

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1. Processo de Conhecimento e Processo de Execução.....	439
2. Conhecimento e Execução.....	439
3. Conhecimento.....	439
4. Cumprimento de Sentença.....	440

TÍTULO I DO PROCEDIMENTO COMUM

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 318	441
1. Procedimento e Tutela Jurisdicional dos Direitos.....	441
2. Procedimento Comum e Procedimentos Diferenciados de Jurisdição Contenciosa.....	441
3. Comparação.....	441
4. Procedimento Comum e Procedimentos Diferenciados de Jurisdição Voluntária.....	442
5. Comparação.....	442
6. Procedimento Comum.....	442
7. Fases.....	442
8. Subsidiariedade.....	443

Capítulo II DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I Dos Requisitos da Petição Inicial

Art. 319	443
1. Petição Inicial.....	443

2. Juízo.....	444
3. Partes	444
4. Causa de Pedir	444
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho	445
6. Ônus de Alegar e Dever de Decidir	445
7. Normas Jurídicas e Relação com o Caso	446
8. Termos Vagos.....	446
9. Princípios, Regras e Postulados	446
10. Pedido.....	446
11. Pedido e Tutela do Direito.....	447
12. Revisão de Empréstimo, Financiamento ou Alienação de Bens	447
13. Valor da Causa	447
14. Provas	447
15. Citação.....	448
16. Opção pela Audiência	448
Art. 320	448
1. Indispensáveis	448
2. Úteis.....	448
3. Requisição de Documentos ao Réu	448
Art. 321	449
1. Emenda	449
2. Não Intimação para Correção e Nulidade da Decisão.....	449
3. Indicação Precisa.....	450
4. Indeferimento	450
5. Comunicação do Indeferimento da Petição Inicial ao Réu.....	450
Seção II	
Do Pedido	
Art. 322	450
1. Pedido Certo.....	450
2. Pedidos Implícitos.....	450
3. Juros e Fazenda Pública.....	451
4. Correção Monetária e Fazenda Pública	451
5. Interpretação.....	451
6. Cobrança de Cheque, Juros e Correção Monetária	451
Art. 323	452
1. Prestações Sucessivas.....	452
2. Exigibilidade.....	452
3. Condenação para o Futuro e Pedido com Função Preventiva	452
4. Valor da Causa	453

Art. 324	453
1. Pedido Genérico	453
2. Ações Universais	453
3. Impossibilidade de Determinação	453
4. Dependência de Ato do Réu.....	454
5 Indenização e Pedido Genérico	454
Art. 325	454
1. Pedido Alternativo	454
2. Pedido Alternativo e Cumulação Alternativa	455
3. Concentração.....	455
4. Valor da Causa	455
Art. 326	455
1. Cumulação Alternativa	455
2. Cumulação Sucessiva	456
3. Valor da Causa	456
Art. 327	456
1. Cumulação Simples	456
2. Admissibilidade	456
3. Pedidos Compatíveis.....	457
4. Juízo Competente	457
5. Mesmo Procedimento.....	457
6. Oportunidade	457
7. Valor da Causa	458
8. Despesas Processuais.....	458
9. Concorrência Interior do Pedido.....	458
Art. 328	458
1. Obrigação Indivisível	458
Art. 329	459
1. Estabilidade do Processo	459
2. Adição.....	459
3. Modificação	459
4. Correção do Polo Passivo Antes da Citação.....	459
5. Inexistência de Alteração.....	460
6. Fato Superveniente	460

Seção III

Do Indeferimento da Petição Inicial

Art. 330	460
1. Indeferimento	460
2. Inépcia	461
3. Ilegitimidade e Interesse	461

4. Motivos Formais	461
5. Momento	461
6. Revisão de Empréstimo, Financiamento ou Alienação	462
Art. 331	462
1. Apelação. Indeferida a Petição Inicial, Pode o Autor Apelar	462
2. Retratação	462
3. Processamento	462
4. Urgência	462

Capítulo III DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

Art. 332	463
1. Improcedência Liminar	463
2. Precedente e Jurisprudência	463
3. Prévio Diálogo	464
4. Apelação	464
5. Improcedência Liminar Parcial	465

Capítulo IV DA CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA

Art. 333	465
-----------------------	-----

Capítulo V DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO

Art. 334	465
1. Citação para Audiência	466
2. Conciliador ou Mediador	466
3. Princípios	466
4. Realização da Audiência	466
5. Pauta de Audiências	467
6. Não Comparecimento	467
7. Autocomposição	467

Capítulo VI DA CONTESTAÇÃO

1. Direito de Defesa	467
2. Atitudes do Réu	468
3. Contestação	468

Art. 335	468
1. Prazo.....	469
2. Prazo para a Contestação e Litisconsórcio Passivo.....	469
3. Litisconsórcio Passivo e Não Realização da Audiência de Conciliação	469
4. Prazo para a Contestação e Desistência da Ação em Relação a Réu Não Citado	469
Art. 336	469
1. Toda a Matéria de Defesa.....	469
2. Defesas Processuais e Defesas Materiais.....	470
3. Coerência da Defesa.....	470
4. Prova.....	471
Art. 337	471
1. Ordem	471
2. Citação.....	472
3. Incompetência Absoluta e Relativa	472
4. Valor da Causa	472
5. Inépcia	472
6. Perempção	472
7. Litispendência	472
8. Coisa Julgada	472
9. Conexão.....	473
10. Incapacidade Processual.....	473
11. Convenção de Arbitragem	473
12. Ilegitimidade e Interesse	473
13. Caução ou Prestação Preliminar	474
14. Benefício da Gratuidade.....	474
15. De Ofício	474
16. Preferência	474
17. Tríplce Identidade.....	474
18. Relação Jurídica Base	475
Art. 338	475
1. Alegação de Ilegitimidade.....	475
2. Alteração	476
Art. 339	476
1. Extromissão	476
2. Litisconsórcio	476
Art. 340	476
1. Alegação de Incompetência.....	477
2. Suspensão da Audiência	477
3. Decisão	477
Art. 341	477
1. Impugnação Específica	477
2. Funções.....	478
3. Autor e Réu.....	478

4. Presunção de Veracidade e Confissão	478
5. Litisconsórcio	478
6. Exclusões	478
7. Direitos Indisponíveis	479
8. Prova Substancial	479
9. Contradição em seu Conjunto.....	479
10. Defensor Público, Advogado Dativo e Curador Especial.....	479
11. Julgamento Imediato Parcial e Antecipação da Tutela Fundada na Evidência.....	479
Art. 342	480
1. Novas Alegações	480
2. Direito ou Fato Supervenientes.....	480
3. Ciência Superveniente de Fato Velho.....	480
4. De Ofício	480
5. Qualquer Tempo.....	481

Capítulo VII DA RECONVENÇÃO

Art. 343	481
1. Reconvenção	481
2. Cabimento	481
3. Condições Gerais.....	482
4. Legitimidade	482
5. Litisconsórcio	482
6. Interesse Processual.....	482
7. Condições Específicas.....	482
8. Conexão.....	482
9. Processo Pendente.....	483
10. Competência.....	483
11. Procedimento.....	483
12. Indeferimento	483
13. Intimação.....	483
14. <i>Reconventio Reconvencionis</i>	483
15. Revelia	484
16. Autonomia.....	484
17. Julgamento.....	484
18. Despesas Processuais.....	484
19. Reconvenção por Curador Especial.....	484

Capítulo VIII DA REVELIA

Art. 344	484
1. Revelia	484

2. Efeitos.....	485
3. Efeito Material.....	485
4. Efeito Material e Igualdade Substancial.....	485
5. Advertência.....	485
Art. 345	485
1. Pluralidade de Réus.....	486
2. Direito Indisponível.....	486
3. Prova Substancial.....	486
4. Inverossímeis ou Contraditórias com a Prova.....	486
Art. 346	487
1. Efeito Processual.....	487
2. Atos Pessoais.....	487
3. Intimação do Revel e Cumprimento de Sentença.....	487
4. Participação do Revel.....	487

Capítulo IX DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO

1. Providências Preliminares.....	488
2. Organização do Processo.....	488
Art. 347	488
1. Conforme o Caso.....	488
2. Casos.....	488

Seção I Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia

Art. 348	488
1. Ineficácia Material da Revelia.....	489
2. Prova Documental.....	489
Art. 349	489
1. Provas.....	489

Seção II Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor

Art. 350	489
1. Defesa Indireta de Mérito.....	489
2. Provas.....	490
3. Ônus de Impugnação Específica.....	490

Seção III Das Alegações do Réu

Art. 351	490
1. Preliminares	490
Art. 352	490
1. Vícios Sanáveis.....	490
2. Dever de Prevenção.....	491
Art. 353	491
1. Prosseguimento.....	491

Capítulo X DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

1. Julgamento Conforme o Estado do Processo.....	491
--	-----

Seção I Da Extinção do Processo

Art. 354	492
1. Extinção do Processo	492
2. Recurso	492

Seção II Do Julgamento Antecipado do Mérito

Art. 355	492
1. Julgamento Imediato do Mérito.....	492
2. Cabimento.....	492
3. Julgamento Imediato e Ônus da Prova	493
4. Direito à Prova e Julgamento Imediato.....	493
5. Decisão	494

Seção III Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito

Art. 356	494
1. Julgamento Imediato Parcial do Mérito	494
2. Quebra do Dogma da Unidade e Unicidade	494
3. Cabimento.....	495
4. Liquidação ou Execução.....	495
5. Autos Suplementares	495
6. Agravo de Instrumento	495

Seção IV

Do Saneamento e da Organização do Processo

Art. 357	495
1. Do Despacho Saneador à Organização em Colaboração com as Partes	496
2. Saneamento Compartilhado	496
3. Organização do Processo.....	497
4. Por Escrito	497
5. Em Audiência	497
6. Consensual.....	497
7. Organização Retrospectiva.....	498
8. Organização Prospectiva	498
9. Meios de Prova.....	498
10. Rol de Testemunhas	499
11. Prova Pericial	499
12. Ônus da Prova.....	499
13. Questões de Direito Relevantes.....	499
14. Pautas de Audiência	500

Capítulo XI

DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 358	500
1. Início.....	500
2. Decisões.....	500
Art. 359	500
1. Conciliação	500
2. Meios Alternativos de Solução das Controvérsias	500
Art. 360	500
1. Poder de Polícia.....	501
2. Direção dos Trabalhos.....	501
Art. 361	501
1. Ordem de Produção da Prova.....	501
2. Prova Oral.....	501
3. Inobservância.....	501
Art. 362	502
1. Adiamento	502
2. Dispensa de Prova	502
3. Indeferimento	502
Art. 363	502
1. Antecipação ou Adiamento.....	503

Art. 364	503
1. Debates Oraís	503
2. Memoriais.....	503
Art. 365	503
1. Una e Contínua.....	503
Art. 366	504
1. Prazo Impróprio.....	504
2. Prolação de Sentença.....	504
Art. 367	504
1. Termo de Audiência	504
2. Gravação.....	504
Art. 368	505
1. Publicidade	505
2. Segredo de Justiça	505

Capítulo XII DAS PROVAS

1. Prova.....	505
2. Prova e Direito Probatório.....	505
3. Direito Fundamental à Prova no Processo Civil.....	505

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 369	505
1. Prova e Verdade.....	506
2. Prova Típica e Prova Atípica	506
3. Direito das Partes	506
4. Prova Ilícita.....	506
5. Prova Ilícita por Contaminação.....	506
Art. 370	507
1. Poderes Instrutórios do Juiz.....	507
2. Diligências Inúteis ou Meramente Protelatórias.....	508
3. Oitiva de Testemunha de Ofício	508
Art. 371	508
1. Apreciação da Prova	508
2. Modelos de Apreciação da Prova	509
3. Constância dos Autos.....	509
4. Forma dos Atos Jurídicos de Direito Material	509
5. Valoração da Prova Pericial e Formação do Convencimento Judicial.....	509
6. Juiz como Destinatário da Prova.....	510

Art. 372	510
1. Prova Emprestada	510
2. Interceptação Telefônica Emprestada do Processo Penal	511
3. Prova Emprestada e Processos Entre as Mesmas Partes.....	511
4. Prova emprestada e compartilhamento de provas do Poder Público	511
Art. 373	511
1. Ônus da Prova	512
2. Dupla Finalidade	512
3. Como Regra de Instrução.....	512
4. Como Regra de Julgamento	512
5. Distribuição Fixa e Distribuição Dinâmica.....	513
6. Condicionantes Materiais da Distribuição Dinâmica	513
7. Condicionantes Processuais da Distribuição Dinâmica	514
8. Inversão do Ônus da Prova	514
9. Convenção sobre o Ônus da Prova.....	515
10. Convenção sobre Ônus de Prova e Relação de Consumo	515
11. Convenção Judicial e Extrajudicial sobre Ônus de Prova	515
12. Convenção sobre Ônus da Prova e Negócios Processuais	516
13. Redistribuição do Ônus da Prova e Recurso	516
14. Ônus da Prova e Fraude à Execução.....	516
Art. 374	516
1. Independência de Prova	516
2. Ônus de Provar e Ônus de Alegar	516
3. Fato Notório	517
4. Prova da Notoriedade.....	517
5. Fato Confessado.....	517
6. Fatos Incontroversos	518
7. Presunção Legal.....	518
Art. 375	518
1. Máximas de Experiência	518
2. Regras de Experiência Comum	518
3. Regras de Experiência Técnica	518
4. Prova Pericial	519
5. Aplicação	519
6. Controle.....	519
Art. 376	519
1. Prova do Direito.....	519
2. Direito Estadual, Municipal e Estrangeiro	520
3. Direito Consuetudinário	520
4. Direito Internacional.....	520
5. Alegação de Direito e Admissão de Recursos Extraordinários	520
Art. 377	520
1. Carta Probatória.....	521
2. Suspensão do Processo	521
3. Julgamento Final.....	521

Art. 378	521
1. Colaboração	521
2. Sanção	522
3. Regras de Exclusão	522
Art. 379	522
1. Colaboração das Partes	522
2. Direito de Não Produzir Prova contra Si	522
3. Coerção	523
4. Consequências	523
Art. 380	523
1. Colaboração de Terceiros	523
2. Comparecer e Informar	524
3. Exibir	524
4. Consequências	524
5. Contraditório	525

Seção II

Da Produção Antecipada da Prova

Art. 381	525
1. Asseguração de Prova	525
2. Interesse na Asseguração de Prova	525
3. Cognição na Ação de Asseguração de Prova	526
4. Competência	526
5. Prevenção	526
6. Interrupção da Prescrição	526
7. Provas que Podem Ser Colhidas Antecipadamente	527
8. Prova Oral	527
9. Prova Pericial	527
10. Prova Documental	527
11. Dispensa de Propositura de Ação Principal	528
12. Honorários Advocatícios	528
13. Arrolamento	528
14. Justificação	528
Art. 382	529
1. Petição Inicial	529
2. Liminar	529
3. Direito de Defesa	529
4. Asseguração de Prova sem Caráter Contencioso	529
5. Audiência	529
6. Asseguração de Prova Pericial	530
7. Cumulação de Colheita de Provas	530
8. Recurso	530

Art. 383	530
1. Certidões	530

Seção III Da Ata Notarial

Art. 384	530
1. Ata Notarial.....	531
2. Imagens e Sons Registrados em Arquivos Eletrônicos.....	531
3. Limites à Ata Notarial.....	531

Seção IV Do Depoimento Pessoal

1. Interrogatório Livre e Depoimento da Parte.....	531
Art. 385	531
1. Depoimento da Parte	531
2. Pluralidade de Partes no Mesmo Polo	532
3. Colheita da Prova em Outro Foro	532
4. Procedimento do Depoimento da Parte.....	532
5. Publicidade Mediata	533
6. Confissão Ficta e Presunção Relativa.....	533
Art. 386	533
1. Recusa em Depor	533
2. Motivo Justificado.....	534
3. Emprego de Evasivas	534
Art. 387	534
1. Pessoal e Oral.....	534
2. Pessoa Jurídica e Absolutamente Incapaz	534
3. Notas Breves	535
4. Procedimento.....	535
Art. 388	535
1. Direito de Recusa	535
2. Fatos Criminosos ou Fatos Torpes Imputados à Parte.....	536
3. Dever de Sigilo.....	536
4. Desonra Própria ou Alheia.....	536
5. Perigo de Vida.....	536
6. Imprescindibilidade do Depoimento.....	536

Seção V Da Confissão

Art. 389	536
1. Confissão	536

2. Capacidade	537
3. Consequências	537
4. Judicial ou Extrajudicial	537
Art. 390	537
1. Confissão Judicial.....	537
2. Espontânea ou Provocada	538
3. Escrita ou Oral.....	538
4. Procurador	538
Art. 391	538
1. Confitente e Sucessores.....	539
2. Confissão e Litisconsórcio Simples	539
3. Confissão e Litisconsórcio Unitário.....	539
Art. 392	539
1. Direitos Indisponíveis	539
2. Incapacidade	539
3. Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	539
4. Extrapolação do Mandato	539
Art. 393	539
1. Anulação.....	540
2. Causas.....	540
3. Anulatória.....	540
4. Legitimidade	540
Art. 394	540
1. Confissão Extrajudicial	540
2. Eficácia da Confissão Extrajudicial Escrita.....	540
3. Eficácia da Confissão Extrajudicial Oral	540
4. Terceiro ou sem Direção Específica	541
5. Prova Literal	541
Art. 395	541
1. Indivisibilidade	541
2. Simples ou Complexa.....	541
3. Divisibilidade.....	541
4. Faculdade.....	541

Seção VI

Da Exibição de Documento ou Coisa

1. Âmbito	542
Art. 396	542
1. Exibição.....	542
2. Multa Coercitiva e Multa Sancionatória.....	542
3. Busca e Apreensão.....	543
4. Documento ou Coisa	543

Art. 397	543
1. Pedido	543
2. Individualização	543
3. Finalidade	543
4. Circunstâncias	544
Art. 398	544
1. Intimação	544
2. Resposta	544
3. Prova	544
Art. 399	545
1. Recusa	545
Art. 400	545
1. Decisão	545
2. Não Exibição	546
3. Medidas de Apoio	546
Art. 401	546
1. Ação de Exibição	546
2. Exibição de Ofício	546
3. Decisão	547
Art. 402	547
1. Defesa	547
Art. 403	547
1. Recusa à Exibição	547
2. Responsabilidade Penal	548
3. Medidas de Apoio	548
Art. 404	548
1. Escusas	548
2. Família	548
3. Honra	549
4. Perigo de Ação Penal	549
5. Sigilo	549
6. Motivos Graves	549
7. Exibição Parcial	549

Seção VII

Da Prova Documental

1. Prova Documental e Conceito de Documento	549
2. Prova Documental e Prova Documentada	550
3. Prova Documental e Prova Escrita	550

Subseção I
Da Força Probante dos Documentos

Art. 405	550
1. Documento Público	550
2. Fatos	550
Art. 406	551
1. Prova Substancial	551
2. Local da Realização do Ato	551
3. Lei ou Negócio Jurídico.....	551
Art. 407	551
1. Documento Público Irregular.....	551
2. Atribuição de Eficácia de Documento Particular	552
3. Exigência de Prova Substancial	552
Art. 408	552
1. Documento Particular	552
2. Autoria Intelectual e Autoria Material	552
3. Presunção.....	552
4. Prova da Ciência e Prova do Fato.....	552
5. Documentos Constitutivos e Documentos Narrativos.....	553
Art. 409	553
1. Data.....	553
2. Dúvida	553
Art. 410	554
1. Autoria e Subscrição	554
2. Autoria e Ausência de Subscrição.....	554
Art. 411	554
1. Autenticidade e Veracidade	554
2. Reconhecimento de Firma	554
3. Presunção de Autenticidade	555
4. Documento Particular Autenticado.....	555
5. Documento Particular Não Autenticado	555
6. Autenticação por Outros Meios	555
7. Autenticidade e Não Impugnação	555
Art. 412	555
1. Eficácia Probatória do Documento Particular	555
2. Indivisibilidade	555
Art. 413	556
1. Transmissão de Informações	556
2. Assinatura	556

3. Reconhecimento de Firma	556
Art. 414	556
1. Conforme com o Original	556
2. Terceiro	556
Art. 415	556
1. Declaração Contrária	557
2. Documento Não Assinado	557
3. Carta e Registro Doméstico	557
4. Informalidade	557
5. Título	557
6. Conhecimento de Fatos	557
Art. 416	557
1. Nota Escrita	558
Art. 417	558
1. Livros Comerciais	558
2. Contra o seu Autor e Sucessores	558
3. Presunção	558
Art. 418	558
1. Livros Comerciais Regulares	558
2. Entre Empresários	559
3. Entre Empresário e Não Empresário	559
4. Presunção	559
Art. 419	559
1. Indivisibilidade	559
2. Divisibilidade	559
3. Fatos Favoráveis e Fatos Desfavoráveis	559
Art. 420	560
1. Sigilo Empresarial	560
2. Exibição Integral de Escritos Comerciais	560
3. Não Exibição	560
4. Terceiro	560
Art. 421	560
1. Exibição Parcial de Escritos Comerciais	561
2. Terceiro	561
Art. 422	561
1. Reprodução Mecânica	561
2. Cópia	562
3. Conformidade	562
4. Impugnação	562
5. Fotografia Comum e Digital	562

6. Jornal	562
7. Mensagem Eletrônica (<i>e-mail</i>)	563
Art. 423	563
1. Cópia	563
2. Dúvida	563
Art. 424	563
1. Valor Probante das Cópias	563
2. Impugnação	563
3. Documentos Digitalizados e Extratos Digitais	564
Art. 425	564
1. Mesma Eficácia	564
2. Preservação	564
3. Juntada	565
4. Cópias Digitais	565
Art. 426	565
1. Entrelinha, Emenda, Borrão ou Cancelamento	565
2. Ponto Substancial	565
3. Ressalva	565
4. Alteração Maliciosa	565
Art. 427	565
1. Cessação de Eficácia	566
2. Falsidade Material	566
3. Formação de Documento Não Verdadeiro	566
4. Alteração de Documento Verdadeiro	566
Art. 428	566
1. Cessação de Eficácia de Documento Particular	566
2. Assinatura	566
3. Documento em Branco	567
4. Abuso no Preenchimento	567
Art. 429	567
1. Falsidade de Documento	567
2. Impugnação de Autenticidade	567

Subseção II
Da Arguição de Falsidade

Art. 430	567
1. Declaração de Falsidade	568
2. Incidente Processual e Ação Incidental	568
3. Objeto	568
4. Cabimento	568
5. Legitimidade	569

6. Prazo.....	569
7. Perante o Tribunal.....	569
8. Preclusão.....	569
Art. 431	569
1. Ação Incidental.....	569
2. Petição.....	569
Art. 432	570
1. Intimação.....	570
2. Resposta.....	570
3. Prova.....	570
4. Documento Original.....	570
5. Concordância e Desentranhamento.....	570
6. Não Produção da Prova Pericial.....	570
Art. 433	570
1. Decisão.....	570
2. Coisa Julgada.....	571
3. Despesas Processuais.....	571

Subseção III

Da Produção da Prova Documental

Art. 434	571
1. Prova Documental e Documentos Indispensáveis.....	571
2. Preclusão.....	572
3. Justa Causa.....	572
4. Poder de Terceiro.....	572
5. Produção da Prova Cinematográfica ou Fonográfica.....	572
Art. 435	572
1. Documentos Novos.....	572
2. Outras Hipóteses.....	573
3. Preclusão.....	573
Art. 436	573
1. Conteúdo do Contraditório.....	573
Art. 437	573
1. Contraditório.....	574
2. Invalidade.....	574
3. Prazo para Manifestação.....	574
Art. 438	574
1. Requisição.....	575
2. Requisitos.....	575
3. Momento.....	575

4. Descumprimento	575
5. Certidões e Reproduções Fotográficas.....	575
6. Meio Eletrônico.....	576

Seção VIII Dos Documentos Eletrônicos

Art. 439	576
1. Processo Convencional e Conversão de Documento Eletrônico	576
2. Ausência de Autenticação	576
3. Lei da Liberdade Econômica	576
Art. 440	576
1. Não Conversão.....	576
Art. 441	576
1. ICP-Brasil	576
2. Outras Leis	577

Seção IX Da Prova Testemunhal

Subseção I Da Admissibilidade e do Valor da Prova Testemunhal

Art. 442	577
1. Prova Testemunhal.....	577
2. Objeto.....	577
3. Admissibilidade	578
4. Inadmissibilidade da Prova Testemunhal.....	578
Art. 443	578
1. Prova Documental ou Confissão	578
2. Prova Substancial ou Prova Pericial	578
3. Modo Diverso.....	578
Art. 444	579
1. Começo de Prova Escrita	579
Art. 445	579
1. Impossibilidade Material ou Moral	579
Art. 446	579
1. Simulação e Vícios do Consentimento	580
2. Parte.....	580
3. Vontade Real e Vontade Declarada.....	580
Art. 447	580
1. Restrições ao Depoimento Pessoal	580

2. Menor de Dezesesseis Anos	581
3. Cônjuge, Companheiro, Ascendente e Descendente	581
4. Interesse Público e Estado da Pessoa	581
5. Advogado.....	581
6. Informante.....	581
7. Valoração	581
8. Pessoa com Deficiência	582
Art. 448	582
1. Isenção do Dever de Depor	582
2. Possibilidade de Depor.....	582
Art. 449	582
1. Provas em Audiência.....	583
2. Impossibilidade de Comparecer e Impossibilidade de Prestar Depoimento	583
3. Enfermidade ou Outro Motivo Relevante.....	583
Subseção II	
Da Produção da Prova Testemunhal	
Art. 450	583
1. Apresentação do Rol de Testemunhas	584
2. Dupla Finalidade	584
3. Indicação.....	584
4. Prazo.....	584
5. Número de Testemunhas.....	585
6. Dispensa	585
Art. 451	585
1. Substituição	585
2. Casos	585
Art. 452	585
1. Juiz da Causa como Testemunha	586
Art. 453	586
1. Imediação	586
2. Exceções	586
Art. 454	587
1. Residência, ou Onde Exercem a Sua Função	587
2. Procedimento.....	587
Art. 455	588
1. Informação ou Intimação da Testemunha.....	588
2. Consequências do Não Comparecimento da Testemunha	588
3. Intimação Judicial	589
4. Funcionário Público ou Militar	589

5. Intimação Judicial e Não Comparecimento	589
Art. 456	589
1. Inquirição	590
Art. 457	590
1. Qualificação	590
2. Contradita	590
3. Procedimento	590
4. Escusa	591
Art. 458	591
1. Compromisso	591
Art. 459	591
1. Modo de Interrogar	591
Art. 460	592
1. Documentação	592
Art. 461	592
1. Testemunha Referida	592
2. Acareação	593
Art. 462	593
1. Despesas	593
Art. 463	593
1. Serviço Público	593

Seção X Da Prova Pericial

Art. 464	593
1. Prova Pericial	594
2. Exame, Vistoria e Avaliação	594
3. Cabimento	594
4. Conhecimento Técnico Especializado	594
5. Outras Provas	594
6. Verificação Impraticável	595
7. Submissão à Perícia	595
8. Perícia Simplificada	595
Art. 465	595
1. Nomeação	596
2. Prazo para Entrega do Laudo	596
3. Assistente Técnico e Quesitos	596
4. Honorários Periciais	597
5. Honorários Periciais, Tutela Coletiva e Prova Requerida pelo Ministério Público	597

6. Perícia Solicitada por Carta	597
7. Escusa, Recusa e Substituição e Perícia Deprecada	597
Art. 466	597
1. Independentemente de Termo de Compromisso	597
2. Confiança da Parte	598
3. Dever de Comunicação	598
Art. 467	598
1. Escusa	598
2. Recusa	598
3. Novo Perito	598
4. Perícia Médica e Especialidade	598
Art. 468	598
1. Substituição	599
2. Comunicação	599
3. Substituição do Perito e Restituição dos Valores Recebidos	599
Art. 469	599
1. Quesitos Suplementares	599
2. Contraditório	600
3. Indeferimento	600
4. Quesitos Suplementares e Esclarecimentos	600
Art. 470	600
1. Quesitos Impertinentes	600
2. Quesitos Necessários	600
Art. 471	600
1. Perícia Consensual	601
2. Perícia Consensual e Perícia Judicial	601
Art. 472	601
1. Dispensa	601
Art. 473	602
1. Elementos do Laudo Pericial	602
2. Limites do Laudo	602
3. Desempenho de Sua Função	602
4. Instrução do Laudo	602
5. Terceiro	603
Art. 474	603
1. Ciência	603
2. Ineficácia	603
Art. 475	603
1. Perícia Complexa	603
2. Peritos e Assistentes Técnicos	604
Art. 476	604
1. Prorrogação	604

Art. 477	604
1. Prazo de Espera.....	604
2. Intimação.....	605
3. Pedido de Esclarecimentos.....	605
4. Prazo Mínimo.....	605
Art. 478	605
1. Estabelecimentos Oficiais Especializados	606
2. Perícia e Assistência Judiciária Gratuita	606
3. Autenticidade da Letra e Firma	606
Art. 479	606
1. Valoração da Prova Pericial.....	606
2. Formação do Convencimento Judicial.....	607
Art. 480	607
1. Segunda Perícia.....	607
2. Novo Perito.....	607
3. Pronunciamento Judicial	607
4. Segundo Parecer Técnico.....	608
5. Objeto e Objetivo.....	608
6. Mesmas Disposições	608
7. Não Substituição.....	608

Seção XI Da Inspeção Judicial

Art. 481	608
1. Inspeção Judicial	608
2. Objeto.....	608
Art. 482	609
1. Inspeção Direta e Inspeção Indireta	609
Art. 483	609
1. Local.....	609
2. Contraditório.....	609
Art. 484	609
1. Auto de Inspeção.....	609

Capítulo XIII DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

Seção I Disposições Gerais

Art. 485	610
1. Sentença Terminativa.....	610

2. Sem Resolução de Mérito	610
3. Residualidade	611
4. Indeferimento da Petição Inicial	611
5. Negligência das Partes	611
6. Abandono de Causa	611
7. Pressupostos Processuais como Requisitos de Existência e Validade do Processo	612
8. Pressupostos Processuais como Condições para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito	612
9. Pressupostos Processuais e Processo Justo	613
10. Pressupostos Processuais e Paridade de Armas	613
11. Legitimidade e Interesse	613
12. Aferição da Legitimidade e do Interesse	614
13. Pressupostos Processuais, Condições da Ação e Conhecimento de Ofício e a Qualquer Tempo	614
14. Convenção de Arbitragem	614
15. Reconhecimento da Própria Competência pelo Juízo Arbitral	614
16. Desistência da Ação	615
17. Intransmissibilidade da Ação	615
18. Demais Casos	615
Art. 486	615
1. Nova Ação	616
2. Correção	616
3. Litispendência e Coisa Julgada	616
4. Perempção	616
5. Prova do Pagamento	616
Art. 487	616
1. Sentença Definitiva	617
2. Julgamento de Mérito e Resolução de Mérito	617
3. Acolhimento ou Rejeição do Pedido	617
4. Confusão	617
5. Decadência ou Prescrição	617
6. Reconhecimento Jurídico do Pedido	618
7. Transação	618
8. Renúncia à Pretensão	619
9. Dever de Diálogo	619
Art. 488	619
1. Prevalência do Julgamento de Mérito	619

Seção II

Dos Elementos e dos Efeitos da Sentença

Art. 489	619
1. Sentença e Decisão	620

2. Elementos Essenciais	620
3. Relatório	621
4. Fundamentação.....	621
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho	621
6. Indicação, Reprodução ou Paráfrase	621
7. Termos Vagos.....	622
8. Qualquer Outra Decisão	622
9. Dever de Debate	622
10. Precedentes	623
11. Distinção	623
12. Superação.....	623
13. Colisão Entre Normas	624
14. Interpretação.....	624
15. Dispositivo.....	624
Art. 490	625
1. Acolhimento ou Rejeição	625
2. Cumulação de Pedidos.....	625
Art. 491	625
1. Sentença Líquida	625
2. Sentença Ilíquida	625
Art. 492	626
1. Sentença Conforme ao Pedido	626
2. Mitigação.....	626
3. Sentença Certa e Relação Condicional.....	627
4. Sentença Condicional	627
Art. 493	627
1. Fato Superveniente	627
2. Instâncias Ordinárias	628
3. Contraditório	628
Art. 494	628
1. Preclusão.....	628
2. Inexatidões Materiais e Erros de Cálculo	628
3. Embargos de Declaração.....	629
Art. 495	629
1. Hipoteca Judiciária	630
2. Tutela Pecuniária.....	630
3. Hipoteca Judiciária, Tutela Cautelar e Penhora	630
4. Registro.....	630
5. Responsabilidade	630

Seção III Da Remessa Necessária

Art. 496	631
1. Remessa Necessária.....	631
2. Sentença Contrária	632
3. Acolhimento Total ou Parcial de Embargos.....	632
4. Demais Casos	632
5. Procedimento.....	632
6. Dispensa	632
7. Julgamento.....	632

Seção IV Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa

Art. 497	633
1. Tutela dos Direitos e Técnica Processual.....	633
2. Tutela Específica e Tutela pelo Resultado Prático Equivalente	633
3. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito.....	634
4. Tutela Ressarcitória na Forma Específica	634
5. Tutela Específica do Adimplemento	634
6. Ato Ilícito, Fato Danoso e Inadimplemento	635
7. Tutela Específica, Resultado Prático Equivalente e Tutela pelo Equivalente Monetário ...	635
8. Tutela Positiva e Tutela Negativa.....	636
9. Antecipação da Tutela	636
10. Sentença Mandamental e Sentença Executiva.....	637
Art. 498	637
1. Tutela dos Direitos e Técnica Processual.....	637
2. Tutela do Adimplemento da Obrigação Contratual de Entregar Coisa Móvel	638
3. Tutela do Adimplemento da Obrigação de Entregar Coisa Móvel e Tutela de Imissão na Posse de Coisa Móvel.....	638
4. Tutela Específica Mediante Entrega de Coisa em Substituição à Defeituosa.....	638
5. Tutela de Imissão na Posse	638
6. Tutela Reivindicatória	639
7. Tutela de Reintegração de Posse.....	639
8. Comodato.....	639
9. <i>Leasing</i>	639
10. Tutela Ressarcitória na Forma Específica Mediante a Entrega de Coisa.....	639
11. Antecipação da Tutela	639
12. Sentença Mandamental e Sentença Executiva.....	640
13. Individualização da Coisa.....	640
14. Instante da Individualização.....	640

15. Impugnação da Individualização da Coisa.....	640
16. Localização da Coisa.....	640
17. Direito de Retenção	640
Art. 499	641
1. Tutela pelo Equivalente Monetário	641
2. Requerimento da Parte.....	641
Art. 500	642
1. Cumulação da Indenização com a Multa.....	642
Art. 501	642
1. Emissão de Declaração de Vontade	642
2. Sentença Executiva	642
3. Momento de Eficácia	642
4. Antecipação da Tutela	643
5. Consequências da Sentença e Nova Situação.....	643
6. Pré-contrato e Contrato Definitivo	643
7. Validade, Eficácia e Registro do Pré-contrato	643
8. Prévia Interpelação.....	644
9. Consequências da Sentença e Contrato Definitivo	644
10. Sinalagma	644
11. Sentença de Improcedência.....	644

Seção V

Da Coisa Julgada

1. Coisa Julgada, Segurança Jurídica e Estado Constitucional	644
Art. 502	645
1. Eficácia e Autoridade da Sentença	645
2. Coisa Julgada: da Estática à Dinâmica, da Vontade das Partes à Evolução do Debate	645
3. Coisa Julgada e Preclusão	645
4. Trânsito em Julgado	646
5. Limites.....	646
6. Eficácia	646
7. Relativização da Coisa Julgada	646
8. Negativa de Submissão a Exame de DNA e Relativização da Coisa Julgada	647
Art. 503	647
1. Limites Objetivos	647
2. Coisa Julgada sobre a Questão Prejudicial	648
Art. 504	649
1. Não Fazem Coisa Julgada.....	649
Art. 505	649
1. Limites Temporais	649

2. Mesma Lide.....	649
3. Trato Continuado	650
4. Demais Casos	650
5. Nova Ação	650
Art. 506	650
1. Limites Subjetivos.....	650
2. Não Prejudicando Terceiros	651
3. Coisa Julgada e Obrigação Solidária.....	651
4. Causas Relativas ao Estado de Pessoa.....	651
Art. 507	652
1. Preclusão.....	652
2. Ordem Pública.....	652
Art. 508	652
1. Eficácia Preclusiva.....	652
2. Alegações e Defesas	652

Capítulo XIV DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1. Liquidação de Sentença	653
2. Formas de Liquidação	653
3. Dimensionamento do Dano no Juízo Penal.....	654
4. Decisão da Liquidação	654
5. Coisa Julgada	654
6. Condenação Genérica Coletiva e Liquidação.....	654
7. Liquidação e Processo de Conhecimento	655
8. Liquidação e Termo Inicial da Prescrição Executiva	655
Art. 509	655
1. Liquidação da Obrigação	655
2. Valor Devido.....	655
3. Parte Líquida e Parte Ilíquida.....	656
4. Requerimento	656
5. Intimação.....	656
6. Liquidação por Cálculos.....	656
7. Fidelidade ao Título	656
8. Fidelidade ao Título e Inclusão de Expurgos Inflacionários	657
9. Autorização Legal.....	657
10. Liquidação Zero.....	657
11. Alteração da Modalidade de Liquidação e Súmula 344/STJ.....	658
Art. 510	658
1. Liquidação por Arbitramento	658
2. Regras da Perícia	659

3. Requerimento	659
4. Nomeação	659
5. Contraditório	659
6. Laudo	659
7. Esclarecimentos e Audiência	659
8. Decisão	660
9. Presunções e Deduções na Liquidação por Arbitramento	660
Art. 511	660
1. Liquidação pelo Procedimento Comum	660
2. Fato Novo	660
3. Procedimento Comum	660
4. Liquidação pelo Procedimento Comum e Créditos-prêmio de IPI	661
5. Liquidação pelo Procedimento Comum e Prejuízo ao Advogado do Liquidante	661
Art. 512	661
1. Pendência de Recurso	661

TÍTULO II DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Processo de Execução no Código Buzaid	663
2. Cumprimento da Sentença no Código Atual	663
3. Atipicidade das Formas Executivas	663
Art. 513	663
1. Cumprimento da Sentença	664
2. Sentenças Autossuficientes	664
3. Sentenças Não Autossuficientes	664
4. Sentença Condenatória ao Pagamento de Quantia e Cumprimento da Sentença por Execução Forçada	665
5. Técnicas de Indução e de Sub-rogação e Pagamento de Quantia	665
6. Cumprimento de Decisão Definitiva e Cumprimento de Decisão Provisória	666
7. Intimação do Devedor	666
8. Sujeição Passiva ao Cumprimento de Sentença	666
Art. 514	667
1. Condição ou Termo	667
2. Requerimento de Cumprimento e Instrução	667
Art. 515	667
1. Títulos Executivos Judiciais	668
2. Sentenças e Decisões que Dependem de Cumprimento	668
3. Sentença Declaratória e Execução Forçada	668
4. Sentença Homologatória	669

5. Acordo Extrajudicial Homologado Judicialmente	669
6. Formal e Certidão de Partilha.....	669
7. Crédito do Auxiliar da Justiça Aprovado Judicialmente.....	669
8. Sentença Penal Condenatória	669
9. Sentença Arbitral	670
10. Sentença e Decisão Interlocutória Estrangeira	670
11. Ausência de Reexame Necessário e Nulidade do Título	671
12. Interpretação do Título Judicial.....	671
13. Ordem de Citação.....	671
Art. 516	671
1. Competência.....	671
2. Conexão de Cumprimentos de Sentença.....	672
3. Conexão e Tutela Coletiva.....	672
4. Competência para cumprimento individual de sentença coletiva e juizado especial.....	672
5. Tribunal Marítimo	672
Art. 517	672
1. Protesto do Título Judicial.....	672
2. Protesto e Requisitos do Título Judicial.....	673
3. Cancelamento do Protesto e Garantia do Juízo.....	673
Art. 518	673
1. Competência para o Conhecimento das Questões da Execução	673
2. Atos Praticados em Razão de Carta ou de Auxílio Direto.....	673
Art. 519	673
1. Regime das Tutelas Provisórias.....	673
2. Tutela Provisória e Garantia de Efetividade da Prestação Jurisdicional	673

Capítulo II

DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

Art. 520	674
1. Cumprimento Imediato da Decisão Provisória.....	674
2. Espécies de Decisões Passíveis de Cumprimento Imediato na Pendência de Recurso Não Recebido com Efeito Suspensivo.....	675
3. Cumprimento do Mesmo Modo que o Definitivo	675
4. Regime.....	675
5. Iniciativa e Responsabilidade do Demandante	675
6. Restituição ao Estado Anterior e Dever de Reparar o Dano.....	675
7. Caução Suficiente e Idônea	676
8. Multa Sancionatória de 10% (Dez por Cento) na Execução de Decisão Provisória (art. 523, § 1.º, CPC)	676
9. Cumprimento Provisório de Sentença e Honorários Advocatícios	677
Art. 521	677
1. Dispensa de Caução	677
2. Dispensa de Caução e Valores Incontrovertidos.....	678

Art. 522	678
1. Instrução do Requerimento	679
2. Outros Documentos Obrigatórios	679

Capítulo III

DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

1. Cumprimento de Prestação Pecuniária	679
2. Restrição a Direitos e Cumprimento de Sentença que Impõe Prestação Pecuniária	679

Art. 523	680
1. Requerimento de Execução	680
2. Admissão da Execução	680
3. Cabimento de Honorários de Advogado na Fase de Cumprimento da Sentença por Execução Forçada	680
4. Pagamento Voluntário	680
5. Prazo para pagamento voluntário	681
6. Prazo para Pagamento Voluntário e Executado Assistido pela Defensoria Pública	681
7. Intimação para Pagamento	681
8. Multa Punitiva	682
9. Pagamento em Face de Decisão Definitiva e Pagamento em Face de Decisão Provisória	682
10. Pagamento Parcial	682
11. Seguimento para Execução	683
12. Penhora On-line	683
13. Preferência da Penhora On-line sobre Todas as Outras Formas de Penhora	683
14. Avaliação	684

Art. 524	684
1. Requerimento de Execução	684
2. Demonstrativo de Crédito	685
3. Contador do Juízo	685
4. Intimação do Credor	685
5. Litígio sobre o Valor da Execução	685
6. Dados Existentes	685
7. Justificativa	686
8. Presunção de Correção dos Cálculos	686

Art. 525	686
1. Defesa do Executado	687
2. Impugnação	688
3. Legitimidade	688
4. Dispensa de Prévia Segurança do Juízo	688
5. Desnecessidade de Nova Intimação	688
6. Matérias	689
7. Inexistência ou Invalidez da Citação	689
8. Ilegitimidade das Partes	689
9. Inexequibilidade do Título ou Inexigibilidade da Obrigação	689

10. Ausência de Reexame Necessário e Nulidade do Título.....	690
11. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	690
12. Excesso de Execução	690
13. Incompetência Relativa ou Absoluta	691
14. Causa Impeditiva, Modificativa ou Extintiva da Obrigação Superveniente à Sentença....	691
15. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	691
16. Inexigibilidade de Obrigação e ADIn 2.418/DF	694
17. Recebimento e Rejeição	694
18. Efeito Suspensivo.....	694
19. Relevantes Fundamentos	695
20. Manifestamente Suscetível.....	695
21. Grave Dano de Difícil ou Incerta Reparação	695
22. Penhora, Depósito ou Caução Suficientes	695
23. Decisão	695
24. Suspensão Total e Suspensão Parcial.....	696
25. Modulações do Efeito Suspensivo	696
26. Prosseguimento da Execução	696
27. Procedimento.....	697
28. Decisão Final	697
29. Apelação e Agravo de Instrumento.....	697
30. Coisa Julgada e Preclusão	697
31. Decisão de Impugnação e Honorários de Sucumbência.....	698
32. Defesa Ulterior no Cumprimento de Sentença	698
33. Exceção de Pré-executividade.....	698
Art. 526	699
1. Cumprimento Espontâneo e Depósito Judicial	699
Art. 527	700
1. Cumprimento Provisório de Sentença.....	700

Capítulo IV

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS

Art. 528	700
1. Alimentos	701
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos	701
3. Título Executivo	702
4. Requerimento do Credor	702
5. Citação do Executado	702
6. Impossibilidade de Pagamento.....	702
7. Prisão Civil.....	703
8. Prazo da Prisão.....	703
9. Prisão Civil e Prisão Domiciliar.....	704

10. Prisão Civil e Acordo Celebrado em Ação de Alimentos	704
11. Prisão Civil e Pagamento Parcial do Débito.....	704
12. Prisão civil e Imprescindibilidade dos Valores Alimentares	704
13. Protesto.....	705
14. Expropriação.....	706
15. Cumprimento por Expropriação e Oferecimento de Impugnação	706
16. Cumprimento de Decisão Provisória de Prestação Alimentar	706
17. Competência.....	706
18. Execução de Honorários como Prestação Alimentar	706
Art. 529	707
1. Desconto em Folha	707
2. Dever de Terceiros.....	707
3. Desconto em Renda	707
Art. 530	707
1. Execução por Expropriação.....	707
Art. 531	708
1. Regime Comum a Alimentos Definitivos e Provisórios.....	708
Art. 532	708
1. Conduta Procrastinatória	708
Art. 533	708
1. Técnicas Processuais e Prestação de Alimentos.....	709
2. Constituição de Capital.....	709
3. Folha de Pagamento, Fiança Bancária ou Garantia Real	709
4. Condições Econômicas	710
5. Salário Mínimo.....	710
6. Cessação da Obrigação.....	710
7. Outras Técnicas Disponíveis aos Alimentos Civis	710

Capítulo V

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA

Art. 534	710
1. Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública.....	711
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública...	711
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial. Pode-se Efetivar, contra a Fazenda Pública, Tanto Títulos Judiciais como Extrajudiciais	711
4. Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória.....	711
5. Cumprimento de Sentença Contra a Fazenda Pública e Parcelas Incontroversas	712
6. Requerimento	712
7. Litisconsórcio Ativo.....	712

8. Multa Sancionatória	712
9. Consectários da Condenação e Fazenda Pública	713
Art. 535	714
1. Intimação para Oposição de Impugnação	715
2. Impugnação à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo	715
3. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	715
4. Pedido de Cumprimento Não Impugnado e Honorários de Sucumbência	716
5. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal	716
6. Precatório	716
7. Precatório Alimentar	716
8. Débitos de Natureza Alimentícia	717
9. Precatório Complementar	717
10. Ausência de Pagamento de Precatório	717
11. Crédito de Pequeno Valor	717
12. Preferência e Sequestro	718
13. Alegação de Excesso de Execução	718
14. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade	719
15. Inexigibilidade do Título e ADIn 2.418/DF	721

Capítulo VI

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

Seção I

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer

Art. 536	722
1. Tutela Específica e Resultado Prático Equivalente	722
2. Poder Executivo e Medidas Necessárias	723
3. Prisão Civil. STF	723
4. Prisão Civil	724
5. Controle do Poder Executivo do Juiz	725
6. Quebra da Congruência Entre o Pedido e a Sentença	725
7. Alteração da Sentença na Fase de Cumprimento	726
8. Defesa do Demandado	726
9. Intervenção Judicial	726
10. Litigância de Má-fé e Sanção Criminal	726
11. Deveres de Fazer e Não Fazer	727
Art. 537	727
1. Multa Coercitiva	727
2. Cabimento da Multa	728
3. Imposição de Multa contra a Fazenda Pública	728
4. Multa de Ofício ou a Requerimento	728

5. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva	729
6. Adequação do Valor da Multa	729
7. Beneficiário da Multa	729
8. Momento a Partir do Qual a Multa se Torna Eficaz e Momento a Partir do Qual Pode Ser Executada	729
9. Intimação do Obrigado	729
10. Realização da Multa	730
11. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa	730
12. Cumulação da Indenização com a Multa	731

Seção II

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa

Art. 538	731
1. Busca e Apreensão e Imissão na Posse	731
2. Multa Coercitiva e Medidas Necessárias	732
3. Súmula 500, STF	732
4. Adequação das Medidas Executivas	732
5. Localização da Coisa	732
6. Busca e Apreensão, Imissão na Posse, Multa Coercitiva e Medidas Necessárias contra a Fazenda Pública	732
7. Controle do Poder Executivo do Juiz	732
8. Direito de Retenção	733
9. Defesa do Demandado	733

TÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. Procedimentos Especiais	734
2. Procedimentos Especiais no Código Buzaid	734
3. Procedimentos Especiais Depois das Reformas de 1994 e no Código de 2015	734
4. Negócios Processuais e Procedimentos Específicos	734

Capítulo I

DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 539	734
1. Ação de Consignação em Pagamento	735
2. Direito Civil	735
3. Locações	735
4. Direito Tributário	735
5. Cognição na Ação de Consignação em Pagamento	735
6. Objeto da Prestação	736

7. Facultatividade.....	736
8. Legitimidade Ativa.....	736
9. Legitimidade Passiva.....	736
10. Momento para Consignação.....	737
11. Depósito Bancário.....	737
Art. 540	737
1. Competência.....	737
2. Cessação dos Juros e dos Riscos.....	737
Art. 541	737
1. Prestações Periódicas.....	737
2. Data do Vencimento.....	738
3. Trânsito em Julgado.....	738
Art. 542	738
1. Depósito.....	738
2. Depósito na Consignatória de Aluguéis.....	738
3. Dispensa do Depósito.....	739
4. Discussão sobre o Conteúdo das Prestações.....	739
Art. 543	739
1. Direito de Escolha.....	739
Art. 544	739
1. Prazo.....	739
2. Matéria.....	739
3. Revelia.....	740
Art. 545	740
1. Depósito Insuficiente.....	740
2. Parcela Incontroversa.....	741
3. Título Executivo.....	741
Art. 546	741
1. Despesas Processuais.....	741
2. Reconhecimento Jurídico do Pedido.....	741
Art. 547	741
1. Dúvida sobre Quem Deva Legitimamente Receber.....	742
2. Credor de Um dos Credores.....	742
Art. 548	742
1. Duas Fases.....	742
2. Primeira Fase.....	742
3. Segunda Fase.....	743
Art. 549	743
1. Resgate do Aforamento.....	743

Capítulo II DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

Art. 550	743
1. Ação para Tomar Contas	744
2. Dever de Prestar Contas	744
3. Quitação	744
4. Fases	744
5. Consórcio.....	744
6. Conta-Corrente	744
7. Ação de Exigir Contas e Contrato de Mútuo e Financiamento	745
8. Cooperativa.....	745
9. Ex-Prefeito	745
10. Inventariante.....	745
11. Sócio-Gerente.....	745
12. Petição Inicial da Ação de Exigir Contas	745
13. Apresentação de Contas	746
14. Contestação	746
15. Contestação e Apresentação de Contas	746
16. Revelia	746
17. Procedimento.....	746
18. Decisão da Primeira Fase.....	747
19. Contraditório sobre as Contas.....	747
20. Sentença da Segunda Fase.....	747
21. Provas Contábeis na Segunda Fase e Recurso	747
22. Despesas Processuais.....	747
23. Ação de Exigir Contas e Revisão de Cláusula Contratual	747
Art. 551	748
1. Forma Adequada.....	748
2. Documentos Justificativos.....	748
3. Contas do Autor.....	748
Art. 552	748
1. Título Executivo	748
Art. 553	748
1. Inadimplemento	748

Capítulo III DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

Seção I Disposições Gerais

Art. 554	749
1. Ações Possessórias.....	749

2. Ação de Reintegração de Posse e Ação de Imissão de Posse	750
3. Ação de Reintegração de Posse, Ação Reivindicatória e Ação de Imissão de Posse.....	750
4. Fungibilidade Entre as Tutelas Possessórias.....	751
5. Conflito Coletivo Possessório	751
6. Ação Possessória e Desconstituição de Contrato	751
7. Ação Possessória e Exclusão de Compossuidor	751
8. Legitimidade dos Herdeiros para a Ação Possessória	752
9. Competência Para Ações Possessórias	752
10. Ações possessórias e função social da propriedade	752
Art. 555	752
1. Cumulação de Pedidos	752
2. Pedido de Desfazimento de Construção ou Plantação	753
3. Medidas Indutivas para Dar Cumprimento à Ordem Possessória	753
4. Modalidades Executivas para a Inibição de Novo Esbulho ou Turbação	753
5. Modalidades Executivas para o Desfazimento de Construção ou Plantação Feita em Detrimento da Posse	753
6. Dever de Custeio das Despesas para o Desfazimento e Meio Executivo para a Sua Imposição	753
7. Utilidade do Desfazimento da Construção ou da Plantação	754
8. Tutela Definitiva da Parte Incontroversa da Demanda e Cumulação do Pedido Possessório com o Pedido de Perdas e Danos.....	754
Art. 556	754
1. Viabilidade de se Requerer Tutelas Possessória e Ressarcitória na Própria Contestação ...	754
2. Tutelas de Reintegração de Posse e de Ressarcimento dos Frutos Demandadas na Contestação	754
Art. 557	755
1. Exceção de Domínio na Pendência do Juízo Possessório.....	755
2. Razão de Ser da Proibição da Discussão do Domínio nas Ações Possessórias	755
3. Constitucionalidade da Proibição da Discussão do Domínio na Pendência da Ação Possessória	756
4. Aplicabilidade da Súmula 487, STF	756
5. Ação Possessória e Oposição	756
Art. 558	756
1. Procedimento Possessório e Tutela Possessória.....	756
2. Procedimento Especial para a Tutela Possessória	756
3. Mais de Ano e Dia e Utilização das Técnicas Processuais dos Arts. 550 a 552, CPC.....	757
4. Tutela Antecipatória em Caso de Mais de Ano e Dia.....	757
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente	757
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia	758
Art. 559	758
1. Pedido ao Juiz para que Ordene ao Autor que Requeira Caução	758
2. Pedido nos Autos da Ação Possessória.....	758
3. Caráter Assecuratório da Medida.....	758

4. Momento do Requerimento.....	758
5. Caução Real e Fidejussória.....	758
6. Hipossuficiência Econômica.....	758

Seção II

Da Manutenção e da Reintegração de Posse

Art. 560	759
1. Manutenção e Reintegração de Posse.....	759
2. Composse.....	759
3. Detenção.....	759
4. Servidão de Trânsito e Proteção Possessória.....	759
5. Tutela Possessória e Bens Imateriais.....	759
6. Reintegração de Posse e <i>Leasing</i>	760
7. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Cláusula Resolutiva Expressa.....	760
8. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Necessidade de Notificação.....	760
9. <i>Leasing</i> e Descabimento de Ação de Reintegração de Posse.....	760
Art. 561	761
1. Ação Fundada na Posse.....	761
2. Prova da Posse.....	761
3. Turbação ou Esbulho.....	762
4. Data da Turbação ou do Esbulho.....	762
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente.....	762
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia.....	762
7. Atos Repetitivos, Turbação e Contagem do Prazo de Ano e Dia.....	762
8. Notificação Prévia e Ação Possessória.....	762
Art. 562	762
1. Petição Inicial Devidamente Instruída e Dever de Concessão de Tutela Possessória Antecipada.....	762
2. Tutela Antecipada na Ação de Reintegração de Posse Fundada no Art. 552, CPC.....	763
3. Designação de Audiência de Justificação.....	763
4. Não Designação de Audiência de Justificação.....	763
5. Citação do Réu para Comparecer à Audiência.....	764
6. Forma de Participação do Réu na Audiência.....	764
7. Prazo para o Réu Contestar.....	764
8. Pessoa Jurídica de Direito Público e Necessidade de Audiência Prévia.....	764
9. Prazo para a Pessoa Jurídica de Direito Público se Pronunciar.....	764
10. Pessoa Jurídica de Direito Público.....	764
Art. 563	764
1. Suficiência da Justificação.....	764
2. Mandado de Manutenção e Mandado de Reintegração.....	765
3. Aplicabilidade dos Arts. 536 e 538, CPC, na Execução da Manutenção e da Reintegração.....	765

Art. 564	765
1. Necessidade da Intimação do Autor, Acerca da Decisão sobre a Tutela Antecipatória, para a Fluência do Prazo de Cinco Dias.....	765
2. Promoção da Citação	765
Art. 565	765
1. Conflito Coletivo Possessório	766
2. Liminar e Mediação Prévia	766
3. Participação do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	766
4. Inspeção Judicial	766
5. Participação dos Órgãos de Política Agrária e Política Urbana.....	766
6. Conflitos Coletivos sobre Propriedade de Imóvel.....	766
Art. 566	766
1. Aplicabilidade dos Arts. 550 a 552, CPC.....	766

Seção III

Do Interdito Proibitório

Art. 567	767
1. Tutela Inibitória Possessória.....	767
2. Justo Receio	767
3. Repetição de Moléstia da Posse.....	767
4. Multa como Meio Executivo.....	767
5. Interdito Proibitório e Tutela Inibitória na Proteção de Bem Imaterial.....	767
Art. 568	767
1. Aplicabilidade das Normas da Seção Antecedente ao Interdito Proibitório	767

Capítulo IV

DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 569	768
1. Ação de Demarcação.....	768
2. Ação de Divisão	768
3. Duplicidade	768
4. Perpetuidade	768
5. Total ou Parcial	768
6. Terras Particulares.....	769
7. Ação Demarcatória e Ação Reivindicatória.....	769
8. Ação Demarcatória e Ação Possessória.....	769
Art. 570	769
1. Cumulação.....	769

Art. 571	770
1. Demarcação e Divisão Extrajudiciais	770
Art. 572	770
1. Terceiros	770
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário	770
3. Cumulação Alternativa	771
4. Litispendência	771
5. Trânsito em Julgado	771
6. Denúnciação da Lide	771
Art. 573	771
1. Dispensa da Prova Pericial	771

Seção II Da Demarcação

Art. 574	771
1. Competência	772
2. Legitimação	772
3. Causa de Pedir	772
4. Pedido	772
5. Valor da Causa	772
6. Documentos Necessários	772
Art. 575	773
1. Qualquer Condômino	773
2. Litisconsórcio	773
Art. 576	773
1. Citação	773
2. Citação por Edital	773
Art. 577	773
1. Prazo	773
2. Prazo em Dobro	773
Art. 578	773
1. Contestação	773
2. Procedimento	774
Art. 579	774
1. Perícia	774
2. Assistentes Técnicos	774
Art. 580	774
1. Laudo Pericial	774
2. Laudo dos Assistentes	775
Art. 581	775
1. Sentença de Procedência	775
2. Sentença de Improcedência	775

3. Efeito Anexo da Sentença de Procedência.....	775
Art. 582	775
1. Trânsito em Julgado.....	775
2. Cumprimento de Sentença.....	775
Art. 583	775
1. Cadernetas de Operações de Campo e Memorial Descritivo.....	776
Art. 584	776
1. Marcos.....	776
Art. 585	776
1. Relatório.....	776
2. Peritos e Agrimensor.....	776
Art. 586	776
1. Manifestação das Partes.....	777
2. Decisão.....	777
3. Auto de Demarcação.....	777
Art. 587	777
1. Sentença Homologatória da Demarcação.....	777

Seção III Da Divisão

Art. 588	777
1. Competência.....	777
2. Legitimação.....	778
3. Causa de Pedir.....	778
4. Pedido.....	778
5. Cumulação.....	778
6. Valor da Causa.....	778
7. Documentos Necessários.....	778
8. Ação Divisória e Compose.....	778
Art. 589	778
1. Citação.....	778
2. Citação por Edital.....	779
3. Prazo.....	779
4. Prazo em Dobro.....	779
5. Contestação.....	779
6. Procedimento.....	779
7. Sentença de Procedência.....	779
Art. 590	779
1. Cumprimento da Sentença.....	779
2. Elementos do Laudo Pericial.....	779
Art. 591	780
1. Pedido de Constituição dos Quinhões.....	780

Art. 592	780
1. Oitiva das Partes.....	780
Art. 593	780
1. Linha do Perímetro	780
2. Benfeitorias Permanentes.....	780
Art. 594	780
1. Terceiros	781
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário	781
3. Cumulação Alternativa	781
4. Litispendência	781
5. Trânsito em Julgado	781
6. Denúnciação da Lide	781
Art. 595	782
1. Proposta de Divisão.....	782
Art. 596	782
1. Oitiva das Partes.....	782
2. Cumprimento	782
Art. 597	782
1. Auto de Divisão	783
2. Folha de Pagamento.....	783
3. Sentença Homologatória da Divisão	783
Art. 598	783
1. Aplicação Subsidiária.....	783

Capítulo V

DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

Art. 599	783
1. Medidas Disciplinadas por Este Capítulo	784
2. Fundamentos da Dissolução.....	784
3. Direito de Retirada.....	784
4. Exclusão do Sócio	784
5. Morte do Sócio	784
6. Entidades que Podem Utilizar da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade	785
7. Prescrição.....	785
Art. 600	785
1. Legitimidade Ativa	785
2. Herdeiro Necessário e Pagamento das Quotas do Acervo Hereditário	785
3. Óbito do Sócio.....	785
4. Retirada	786
5. Exclusão.....	786
6. Apuração de Haveres	786
Art. 601	786
1. Legitimidade Passiva	786

2. Ação Proposta pela Sociedade	786
3. Prazo para a Resposta dos Réus	786
Art. 602	786
1. Pedido de Compensação	786
Art. 603	787
1. Resposta dos Réus	787
2. Concordância na Dissolução	787
3. Procedimento a Ser Observado	787
4. Controvérsia sobre o Valor dos Haveres	787
5. Despesas Processuais e Controvérsia sobre a Dissolução	787
Art. 604	788
1. Sentença de Procedência	788
2. Parte Incontroversa	788
Art. 605	788
1. Data da Dissolução Parcial	788
Art. 606	789
1. Critérios para Apuração de Haveres	789
2. Perito	789
3. Juros de mora	789
4. Juros de mora e sociedade anônima	789
5. Mora da sociedade	789
Art. 607	789
1. Alteração dos Critérios para Apuração de Haveres	789
Art. 608	789
1. Valores Devidos	790
Art. 609	790
1. Pagamento dos Haveres	790

Capítulo VI DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

Seção I Disposições Gerais

Art. 610	790
1. Inventário e Partilha	790
2. Espécies	790
3. Inventário Judicial	790
4. Inventário Extrajudicial	791
5. Inventário Extrajudicial e Testamento	791
6. Foro do Inventário e da Partilha	791
7. Inventário e Litispendência	792
Art. 611	792
1. Abertura do Inventário	792

2. Sanção.....	792
3. Encerramento do Inventário	792
4. Participação do Ministério Público	792
5. Interrupção da Prescrição.....	793
Art. 612	793
1. Juízo Universal.....	793
2. Cognição Plena e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	793
3. Decisão	794
Art. 613	794
1. Administrador Provisório.....	794
2. Herdeiros	794
Art. 614	794
1. Direitos, Deveres e Responsabilidade	795

Seção II

Da Legitimidade para Requerer o Inventário

Art. 615	795
1. Legitimidade	795
2. Documento Necessário	795
Art. 616	795
1. Legitimidade Concorrente.....	795

Seção III

Do Inventariante e das Primeiras Declarações

Art. 617	796
1. Inventariante.....	796
2. Compromisso	796
3. Decisão	797
4. Término da Representação do Inventariante	797
Art. 618	797
1. Atribuições.....	797
2. Inventariante e Direito a Voto em Assembleia Geral de Sociedade.....	797
Art. 619	797
1. Ouvidos os Interessados e com Autorização do Juiz.....	798
2. Despesas com o Inventário	798
Art. 620	798
1. Primeiras Declarações	799
2. Relação Patrimonial.....	799
3. Determinações Judiciais	799
4. Declaração por Petição.....	800
Art. 621	800
1. Sonegação ao Inventariante.....	800
2. Ação de Sonegados	800

Art. 622	800
1. Remoção do Inventariante	800
Art. 623	801
1. Processo Justo.....	801
2. Decisão	801
Art. 624	801
1. Nova Nomeação.....	801
Art. 625	801
1. Entrega de Bens	802

Seção IV Das Citações e das Impugnações

Art. 626	802
1. Litisconsórcio Necessário.....	802
2. Testamenteiro	802
3. Citações	802
Art. 627	803
1. Manifestação das Partes	803
2. Erros, Omissões e Sonegações de Bens.....	803
3. Nomeação do Inventariante	803
4. Qualidade de Herdeiro.....	803
5. Colações.....	803
6. Reserva de Bens	804
7. Decisão	804
Art. 628	804
1. Exame do Pedido	804
2. Não Obsta o Andamento do Inventário.....	805
Art. 629	805
1. Fazenda Pública	805
2. Reserva de Bens	805

Seção V Da Avaliação e do Cálculo do Imposto

Art. 630	805
1. Avaliação.....	805
2. Assistentes Técnicos.....	805
Art. 631	805
1. Laudo de Avaliação e Nova Avaliação	805
Art. 632	806
1. Carta Precatória	806
Art. 633	806
1. Dispensa de Avaliação.....	806

Art. 634	806
1. Avaliação da Fazenda Pública	806
Art. 635	806
1. Laudo de Avaliação	806
2. Manifestação das Partes	806
3. Impugnação	806
Art. 636	807
1. Últimas Declarações	807
Art. 637	807
1. Alíquota	807
2. Cálculo do Imposto	807
3. Correção Monetária	807
4. Isenção	807
5. Honorários de Advogado	807
6. Morte Presumida	807
7. Nova Avaliação	807
8. Promessa de Compra e Venda	808
Art. 638	808
1. Decisão	808
2. Exigibilidade	808
3. Responsabilidade Tributária e Encerramento do Inventário	808

Seção VI Das Colações

Art. 639	808
1. Colação	808
2. Avaliação	808
3. Ministério Público	809
Art. 640	809
1. Renúncia ou Exclusão de Herdeiros	809
2. Parte Inoficiosa	809
Art. 641	810
1. Oposição	810
2. Decisão	810
3. Sequestro	810

Seção VII Do Pagamento das Dívidas

Art. 642	810
1. Pagamento das Dívidas	811
2. Habilitação	811
3. Expropriação	811
4. Fazenda Pública	811
5. Partilha Homologada Antes do Julgamento da Habilitação de Crédito	811

Art. 643	812
1. Meios Ordinários.....	812
2. Reserva de Bens.....	812
Art. 644	812
1. Dívida Ainda Inexigível.....	812
Art. 645	812
1. Legatário.....	812
Art. 646	813
1. Penhora.....	813

Seção VIII Da Partilha

Art. 647	813
1. Partilha.....	813
2. Bens Remotos, Litigiosos ou de Liquidação Morosa ou Difícil.....	813
3. Partilha em Vida.....	813
4. Decisão.....	814
5. Fruição provisória de bem.....	814
Art. 648	814
1. Critérios para a Partilha Judicial ou Amigável.....	814
Art. 649	814
1. Partilha de Bens que Não Admitam Divisão Cômoda.....	814
Art. 650	814
1. Quinhão Devido a Nascituro.....	814
Art. 651	815
1. Esboço da Partilha.....	815
Art. 652	815
1. Intimação.....	815
2. Decisão.....	815
Art. 653	815
1. Partilha Definitiva.....	815
Art. 654	815
1. Tributos.....	816
2. Homologação da Partilha.....	816
3. Sobrepartilha.....	816
4. Anulação e Rescisão da Partilha.....	816
5. Petição de Herança.....	816
Art. 655	816
1. Trânsito em Julgado.....	816
2. Formal de Partilha.....	816
Art. 656	816
1. Emenda da Partilha.....	817

Art. 657	817
1. Ação Anulatória de Partilha	817
2. Legitimidade	817
3. Prazo.....	817
Art. 658	818
1. Ação Rescisória de Partilha	818
2. Legitimidade	818
3. Prazo.....	818

Seção IX Do Arrolamento

Art. 659	818
1. Arrolamento Sumário	819
2. Prova da Quitação dos Tributos.....	819
3. Homologação da Partilha.....	820
4. Desconstituição de Partilha Homologada em Arrolamento.....	820
Art. 660	820
1. Petição Inicial.....	820
Art. 661	820
1. Dispensa de Avaliação.....	820
Art. 662	821
1. Cognição Parcial	821
2. Contraditório Eventual.....	821
Art. 663	821
1. Credores do Espólio.....	822
Art. 664	822
1. Arrolamento Sumaríssimo	822
2. Ministério Público	822
3. Cognição Parcial e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	822
Art. 665	823
1. Arrolamento Sumaríssimo e Interesse de Incapazes	823
Art. 666	823
1. Pagamento de Valores Independentemente de Inventário ou Arrolamento.....	823
Art. 667	823
1. Aplicação Subsidiária	823

Seção X Das Disposições Comuns a Todas as Seções

Art. 668	823
1. Eficácia da Tutela Cautelar.....	823
2. Extinção do Inventário com ou sem Resolução de Mérito	824

Art. 669	824
1. Sobrepartilha	824
2. Espólio.....	824
3. Prescrição.....	824
Art. 670	825
1. Processo de Inventário e Partilha	825
2. Sobrepartilha e Tributos	825
Art. 671	825
1. Curador Especial.....	825
2. <i>Mínus</i> Público	825
Art. 672	826
1. Herdeiros de Ambos os Cônjuges Falecidos Forem os Mesmos.....	826
2. Morte de Herdeiro que Não Possui Outros Bens Além de seu Quinhão na Herança	826
Art. 673	826
1. Desnecessidade de Sobrepartilha.....	826

Capítulo VII DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

Art. 674	826
1. Embargos de Terceiro.....	827
2. Terceiro.....	827
3. Constrição Judicial.....	828
4. Fraude contra Credores	828
5. Cônjuge	828
6. União Estável.....	828
7. Filho	829
8. Meação	829
9. Sócio-Gerente.....	829
10. Pré-Contrato	829
11. Contrato Particular de Permuta e Cessão de Direitos sem Registro	829
12. Doação Verbal.....	829
13. Entes Cadastrais	830
14. Desapropriação	830
15. Benfeitorias.....	830
16. Sentença Transitada em Julgado sem Registro.....	830
17. Divisão e Demarcação	830
18. Hipoteca e Penhor.....	830
19. Anticrese.....	831
20. Alienação Fiduciária.....	831
Art. 675	831
1. Processo de Conhecimento	831
2. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento	832
3. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento	832
4. Processo de Execução	832

5. Tutela de Urgência	832
6. Procedimentos Especiais	832
7. Apreensão Criminal	833
8. Tutela Jurisdicional Diferenciada e Tutela Jurisdicional Comum	833
9. Terceiro e Intimação Pessoal	833
10. Prazo de Embargos de Terceiro e Fraude à Execução	833
11. Prazo e Preclusão.....	833
Art. 676	833
1. Competência	834
2. Juízo Deprecante e Juízo Deprecado.....	834
3. Competência Delegada	834
Art. 677	835
1. Prova Sumária da Posse	835
2. Prova da Qualidade de Terceiro	835
3. Documentos e Rol de Testemunhas.....	835
4. Valor da Causa	835
5. Legitimidade Passiva para os Embargos de Terceiro	836
Art. 678	836
1. Antecipação de Tutela	836
2. Decisão	836
3. Técnicas Processuais para o Cumprimento da Decisão Antecipatória.....	836
4. Suspensão do Processo Principal	836
5. Duração do Período de Suspensão.....	837
6. Decisão	837
7. Caução	837
Art. 679	837
1. Contestação	837
2. Procedimento.....	837
Art. 680	838
1. Matéria de Contestação	838
Art. 681	838
1. Sentença	838
2. Honorários Advocatícios.....	838

Capítulo VIII DA OPOSIÇÃO

Art. 682	839
1. Oposição.....	839
2. Oposição Sucessiva	839
3. Momento para Oposição.....	839
Art. 683	839
1. Petição Inicial.....	840
2. Distribuição e Citação.....	840
3. Resposta dos Opostos.....	840

Art. 684	840
1. Reconhecimento do Pedido.....	840
Art. 685	840
1. Oposição Antes da Audiência de Instrução e Julgamento.....	840
2. Oposição Depois da Audiência de Instrução e Julgamento.....	840
Art. 686	841
1. Oposição e Prejudicialidade.....	841

Capítulo IX DA HABILITAÇÃO

Art. 687	841
1. Habilitação.....	841
2. Habilitação no Processo e Dispensa Administrativa.....	841
3. Habilitação e pessoas jurídicas.....	842
Art. 688	842
1. Legitimidade.....	842
Art. 689	842
1. Habilitação como Processo Autônomo.....	842
2. Causa no Tribunal.....	842
Art. 690	842
1. Petição Inicial.....	842
2. Citação.....	843
3. Manifestação da Parte Contrária.....	843
Art. 691	843
1. Não Impugnação.....	843
2. Procedimento.....	843
3. Sentença.....	83§
Art. 692	843
1. Retomada do Curso da Causa Principal.....	843

Capítulo X DAS AÇÕES DE FAMÍLIA

Art. 693	843
1. Legislação Própria.....	844
Art. 694	844
1. Prioridade da Solução Consensual.....	844
2. Suspensão do Processo.....	844
Art. 695	844
1. Citação dos Réus.....	845
2. Renúncia Prévia à Mediação ou à Conciliação.....	845
Art. 696	845
1. Sessões de Mediação e Conciliação.....	845

2. Requerimentos de Tutelas Provisórias	845
Art. 697	845
1. Resposta do Réu.....	845
2. Rito.....	846
Art. 698	846
1. Intervenção do Ministério Público	846
2. Violência Doméstica e Familiar.....	846
Art. 699	846
1. Depoimento de Incapaz	846

Capítulo XI DA AÇÃO MONITÓRIA

Art. 700	846
1. Procedimento Monitório	847
2. Fundamento do Procedimento Monitório.....	847
3. Pagamento de Soma em Dinheiro, Entrega de Coisa Fungível ou Infungível ou de Bem Móvel ou Imóvel ou Ainda Prestação de Fazer ou Não Fazer.....	847
4. Procedimento Monitório e Fazenda Pública	847
5. Título Executivo e Inadmissibilidade da Ação Monitória.....	847
6. Existência de Prova Escrita e Admissibilidade do Uso do Procedimento Comum	848
7. Conceito de Prova Escrita	848
8. Prova Escrita Composta por Dois ou Mais Escritos	849
9. Documento Particular.....	849
10. Conta-Corrente	849
11. Cheque Prescrito.....	849
12. Correio Eletrônico	850
13. Duplicata sem aceite	850
14. Bem Alienado Fiduciariamente.....	850
15. Requisitos da Petição Inicial.....	850
16. Fungibilidade	850
17. Citação com Hora Certa	850
18. Citação por Edital	850
19. Ação Monitória, Correção Monetária e Juros de Mora	850
20. Ação Monitória e Prescrição	850
Art. 701	851
1. Diferença Entre Prova Escrita, Prova Suficiente para a Tutela Antecipatória e Prova Suficiente para a Improcedência dos Embargos ao Mandado	851
2. Petição Inicial Devidamente Instruída com Prova Escrita	852
3. Suficiência de Convicção de Probabilidade e de Cognição Sumária.....	852
4. Decisão que Defere o Mandado	852
5. Deferimento da Expedição do Mandado e Determinação da Citação do Devedor.....	852
6. Atitudes do Devedor Após a Expedição do Mandado	852
7. Estímulo ao Cumprimento do Mandado.....	852
8. Inércia do Réu e Formação do Título Executivo	853

9. Não Oposição dos Embargos ao Mandado, Multa do Art. 502, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado	853
10. Mandado Definitivo e Ação Rescisória	853
Art. 702	853
1. Apresentação de Embargos ao Mandado e Obstaculização da Execução	854
2. Embargos com Cognição Exauriente	854
3. Cognição <i>Exauriente Secundum Eventum Defensionis</i>	854
4. Procedimento Monitório Viabiliza a Ampla Defesa	854
5. Reconvênção	854
6. Tutela Antecipatória em Caso de Embargos Infundados	855
7. Tutela Antecipatória em Caso de Receio de Dano	855
8. Execução Imediata no Caso de Improcedência dos Embargos ao Mandado	856
9. Efeito Suspensivo da Apelação e Ação Monitória	856
10. Prescrição da Fase Executiva da Ação Monitória	857
11. Procedência do Pedido Monitório, Multa do Art. 520, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado	857
12. Conteúdo da Impugnação	857
13. Alegação de Excesso de Execução	857
14. Ação Monitória contra a Fazenda Pública e Reexame Necessário	857
15. Parcelamento e Ação Monitória	857

Capítulo XII

DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

Art. 703	858
1. Homologação de Penhor Legal	858
2. Penhor Legal	858
3. Ato Contínuo	858
4. Petição Inicial	859
5. Homologação Extrajudicial	859
Art. 704	859
1. Defesa	859
2. Dívida Compreendida Entre as Previstas em Lei	859
3. Bens Sujeitos a Penhor Legal	859
Art. 705	859
1. Procedimento	859
Art. 706	860
1. Sentença	860
2. Recurso	860

Capítulo XIII

DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

Art. 707	860
1. Avarias Grossas	860
2. Competência para a Demanda Judicial de Regulação de Avaria Grossa	861
3. Regulador de Avaria Grossa	861

Art. 708	861
1. Procedimento Inicial.....	862
2. Prazos.....	862
3. Retenção da Carga.....	862
Art. 709	862
1. Liquidação das Avarias.....	862
Art. 710	862
1. Regulamento da Avaria Grossa.....	862
2. Impugnação do Regulamento.....	863
3. Decisão Judicial.....	863
Art. 711	863
1. Regulador.....	863

Capítulo XIV DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Art. 712	863
1. Restauração de Autos.....	863
Art. 713	863
1. Competência.....	863
2. Competência.....	863
3. Juntada de Documentos.....	864
Art. 714	864
1. Ausência de Citação de Litisconsorte na Causa Principal.....	864
2. Contestação.....	864
3. Concordância.....	864
4. Concordância Parcial.....	864
5. Juntada de Documentos.....	856
6. Procedimento.....	865
7. Colaboração de Todos.....	865
Art. 715	865
1. Laudo Pericial.....	865
Art. 716	865
1. Sentença.....	865
Art. 717	866
1. Desaparecimento no Tribunal.....	866
Art. 718	866
1. Despesas Processuais.....	866
2. Responsabilidade Processual Civil, Civil e Penal.....	866

Capítulo XV DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

1. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária.....	866
2. Jurisdição Voluntária e Tutela de Posições Jurídicas Não Expressamente Contempladas pela Legislação Infraconstitucional.....	867

3. Jurisdição Voluntária e Surgimento de Controvérsia	867
4. Honorários Advocatícios.....	867

Seção I Disposições Gerais

Art. 719	867
1. Procedimento Comum de Jurisdição Voluntária.....	867
Art. 720	867
1. Competência.....	868
2. Legitimidade Ativa	868
3. Causa de Pedir e Pedido	868
4. Documentos Necessários	868
Art. 721	868
1. Legitimidade Passiva.....	868
2. Ministério Público	868
3. Nulidade	869
4. Resposta.....	869
5. Litigiosidade	869
Art. 722	869
1. Fazenda Pública	869
Art. 723	869
1. Equidade.....	869
2. Sentença	870
3. Despesas Processuais.....	870
Art. 724	870
1. Apelação	870
2. Redesignação de Sexo no Registro.....	870
Art. 725	871
1. Rol Exemplificativo	871
2. Aplicação Subsidiária.....	871

Seção II Da Notificação e da Interpelação

Art. 726	871
1. Protestos, Notificações e Interpelações	871
2. Manifestação de Vontade	872
3. Intimação.....	872
4. Petição Inicial.....	872
5. Competência.....	872
6. Interesse.....	872
7. Prudência	872
8. Indeferimento da Petição Inicial.....	873
9. Intimação por Editais.....	873
10. Protesto contra Alienação de Bens.....	873

Art. 727	873
1. Interpelação	873
Art. 728	873
1. Defesa e Contraprotesto	873
2. Contraprotesto	873
3. Admissibilidade de Averbação em Registro de Imóveis	874
4. Prazo para a Manifestação do Requerido	874
5. Recurso	874
Art. 729	874
1. Sentença	874

Seção III Da Alienação Judicial

Art. 730	874
1. Alienações Judiciais	874
2. Contraditório	875
3. Leilão Público	875
4. Procedimento	875
5. Coisa Comum	875
6. Bens de Órfãos	875
7. Alienação de bem objeto de promessa de compra e venda	875

Seção IV Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio

Art. 731	875
1. Separação e Divórcio Consensuais	876
2. Mútuo Consentimento	876
3. Conversão da Separação Judicial em Divórcio	876
4. Dissolução Consensual de União Estável	876
5. Pacto Antenupcial	876
6. Partilha de Bens	877
7. Guarda dos Filhos e Regime de Visitas	877
8. Manutenção dos Filhos	877
9. Alimentos	877
10. Preservação Suficiente de Interesse	877
11. Ministério Público	877
12. Homologação	878
13. Doação ao Filho do Casal	878
14. Morte do Pai da Separanda	878
15. Restabelecimento da Sociedade Conjugal	878
16. Rescisão do Acordo Realizado para o Divórcio Consensual	878
Art. 732	879
1. Extinção Consensual de União Estável	879
Art. 733	879
1. Separação e Divórcio Consensuais Extrajudiciais	879

Art. 734	880
1. Requerimento Conjunto.....	880
2. Direitos de Terceiros.....	880
3. Divulgação do Pedido de Alteração do Regime de Bens.....	880
4. Averbação da Alteração de Regime.....	880

Seção V

Dos Testamentos e dos Codicilos

Art. 735	880
1. Testamentos e Codicilos.....	881
2. Testamento Cerrado.....	881
3. Competência.....	881
4. Abertura, Registro e Cumprimento.....	881
5. Língua Estrangeira.....	881
6. Suspeito de Nulidade ou Falsidade.....	881
7. Testamenteiro.....	882
8. Preferência Legal.....	882
Art. 736	882
1. Testamento Público.....	882
Art. 737	882
1. Testamento Particular.....	882
2. Aferição de Regularidade do Testamento Particular.....	882
3. Reconhecimento de Regularidade.....	883
4. Prova Pericial Grafológica.....	883
5. Abrandamento do Rigor Formal.....	883
6. Registro, Arquivo e Cumprimento.....	884
7. Testamentos Especiais e Codicilo.....	884

Seção VI

Da Herança Jacente

Art. 738	884
1. Herança Jacente.....	884
2. Competência.....	884
3. Arrecadação de Bens.....	884
4. Conversão de Inventário em Herança Jacente.....	884
5. Herança Jacente como <i>Ultima Ratio</i>	885
Art. 739	885
1. Curador.....	885
2. Guarda, Conservação e Administração.....	886
3. Incorporação ao Patrimônio Público.....	886
Art. 740	886
1. Arrecadação.....	886
2. Conclusão da Arrecadação.....	886
3. Direito Fundamental à Intimidade e à Vida Privada.....	886
4. Autoridade Policial.....	887

5. Auto de Inquirição e Informação.....	887
6. Carta Precatória.....	887
7. Apresentação de Herdeiro ou Testamenteiro.....	887
8. Decisão.....	887
Art. 741	887
1. Publicação de Editais.....	888
2. Finado Estrangeiro.....	888
3. Citação Pessoal.....	888
4. Conversão de Herança Jacente em Inventário.....	888
5. Credores.....	888
Art. 742	888
1. Alienações.....	888
2. Bens com Valor de Afeição.....	889
Art. 743	889
1. Declaração de Vacância.....	889
2. Habilitação.....	889
3. Exceção à Regra da Saisine.....	889
4. Usucapião.....	889
5. Habilitação nos Mesmos Autos.....	890
6. Ação Própria.....	890

Seção VII Dos Bens dos Ausentes

Art. 744	890
1. Ausência.....	890
2. Competência.....	890
3. Arrecadação dos Bens.....	891
4. Curador.....	891
5. Pagamento de Benefício Devido ao Ausente.....	891
Art. 745	892
1. Publicação de Editais.....	892
2. Sucessão Provisória.....	892
3. Habilitação.....	892
4. Como se o Ausente Fosse Falecido.....	892
5. Tributação.....	893
6. Caução.....	893
7. Alienar ou Hipotecar.....	893
8. Sucessão Definitiva.....	893
9. Regresso do Ausente ou de Algum dos seus Descendentes ou Ascendentes.....	893
10. Incorporação ao Patrimônio Público.....	893
11. Procedimento Comum.....	893

Seção VIII Das Coisas Vagas

Art. 746	893
1. Coisas Vagas.....	894

2. Competência.....	894
3. Publicação de Editais	894
4. Comparecimento	894
5. Ausência de Comparecimento.....	894
6. Abandono da Coisa.....	894
7. Suspeita de Crime	895

Seção IX Da Interdição

1. Interdição e Estatuto da Pessoa com Deficiência	895
Art. 747	895
1. Interdição.....	895
2. Curatela	895
3. Legitimidade Ativa	895
4. Prova Pré-Constituída da Legitimidade	896
5. Tomada de Decisão Apoiada	896
Art. 748	896
1. Ministério Público	896
Art. 749	896
1. Competência.....	896
2. Tutela de Urgência	897
3. Curador Especial.....	897
4. Inépcia da Petição Inicial.....	897
Art. 750	897
1. Prova Documentada da Incapacidade.....	897
Art. 751	897
1. Citação.....	898
2. Inspeção Judicial Preliminar	898
3. Nulidade do Processo	898
Art. 752	898
1. Impugnação ao Pedido	898
2. Ministério Público	899
3. Representação Processual do Interditando	899
Art. 753	899
1. Laudo Pericial	899
2. Assistentes Técnicos	899
Art. 754	900
1. Conclusão da Instrução	900
Art. 755	900
1. Sentença de Interdição	900
2. Nomeação de Curador	900
3. Inscrição no Registro e Publicação da Sentença de Interdição	901
4. Eficácia <i>Ex Nunc</i> da Sentença de Interdição	901
5. Possibilidade de Anulação de Atos Anteriores à Prolação da Sentença de Interdição	901

6. Prescrição Consumada Antes da Prolação da Sentença de Interdição	901
Art. 756	901
1. Levantamento de Interdição	902
2. Legitimidade ativa	902
3. Prova Pericial	902
4. Audiência de Instrução e Julgamento	902
5. Sentença de Levantamento de Interdição	902
Art. 757	902
1. Extensão da Atuação do Curador	902
Art. 758	903
1. Recuperação da Capacidade do Interdito	903

Seção X

Disposições Comuns à Tutela e à Curatela

Art. 759	903
1. Tutela	903
2. Tutor	903
3. Compromisso	903
4. Responsabilidade do Juiz	903
5. Garantia	904
6. Tomada de Decisão Apoiada	904
Art. 760	904
1. Escusa	904
2. Prazo	904
3. Decisão	904
Art. 761	904
1. Remoção	905
2. Responsabilidade do Juiz	905
3. Contestação	905
4. Procedimento	905
5. Sentença	905
Art. 762	905
1. Suspensão do Exercício de suas Funções	905
2. Tutela Provisória de Urgência	905
Art. 763	905
1. Dispensa	906
2. Cessação da Tutela ou Curatela	906
3. Prestação de Contas	906

Seção XI

Da Organização e da Fiscalização das Fundações

Art. 764	906
1. Organização e Fiscalização das Fundações	906

2. Instituição de Fundação	906
3. Elaboração de Estatuto	906
4. Ministério Público	907
5. Apreciação do Estatuto	907
6. Pedido de Suprimento de Aprovação.....	907
7. Existência Legal da Fundação	907
8. Alteração de Estatuto	907
Art. 765	907
1. Extinção da Fundação	907

Seção XII

Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo

Art. 766	908
1. Protesto Marítimo e Processo Testemunhável	908
2. Competência.....	908
3. Legitimidade	908
Art. 767	908
1. Petição Inicial.....	908
2. Documentos em Língua Estrangeira.....	908
Art. 768	908
1. Instrução do Pedido	909
Art. 769	909
1. Curador de Ausentes	909
Art. 770	909
1. Apreciação Judicial.....	909
2. Recurso	909

LIVRO II

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

1. Processo de Execução no Código Buzaid.....	911
2. Processo de Execução no Código Reformado	911
3. Código Atual	911

TÍTULO I

DA EXECUÇÃO EM GERAL

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 771	912
1. Aplicação Subsidiária	912
2. Aplicação da Parte Geral e do Livro I da Parte Especial Subsidiariamente à Execução de Títulos Extrajudiciais.....	912
3. Interesse Processual e Execução de Créditos de Pequeno Valor	912

Art. 772	913
1. Poderes do Juiz	913
2. Ordem de Comparecimento das Partes	913
3. Ordem de Colaboração com a Execução	913
Art. 773	913
1. Medidas Necessárias	913
2. Confidencialidade	913
Art. 774	914
1. Ato atentatório à Dignidade da Justiça	914
2. Transparência Patrimonial	914
3. Multa Sancionatória	914
4. Sem Prejuízo de Outras Sanções	915
5. Proveito do Exequente	915
6. Exigível na Própria Execução	915
7. Direito à Relevação da Pena	915
Art. 775	915
1. Desistência	915
2. Embargos à Execução	915
3. Impugnação	916
Art. 776	916
1. Responsabilidade do Exequente	916
2. Pagamento em Dobro ou pelo Equivalente da Dívida	916
3. Apuração dos Danos	916
Art. 777	916
1. Exigibilidade das Multas Dentro do Próprio Processo	916
2. Realização da Multa por Execução ou Compensação	916
Capítulo II	
DAS PARTES	
1. Partes	917
2. Litisconsórcio	917
3. Intervenção de Terceiros	917
Art. 778	917
1. Legitimidade Ativa	917
2. Credores Solidários	918
3. Demanda Condenatória	918
4. Execução Forçada. Título Executivo Extrajudicial	918
5. Desnecessidade de Anuência da Parte Contrária para a Sucessão	918
6. Cessionário	918
Art. 779	919
1. Legitimidade Passiva	919
2. O Feador Judicial	919
Art. 780	919
1. Cumulação de Execuções	919
2. Tríplice Identidade	920

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

Art. 781	920
1. Competência para Execução de Título Extrajudicial	920
2. Derrogação da Competência em Favor da Economia Processual e do Interesse do Executado	921
Art. 782	921
1. Atos Executivos	921
2. Autorização para Cumprir Medidas Fora da Sede do Juízo	921
3. Força Policial.....	921
4. Cadastro de Inadimplentes.....	921

Capítulo IV DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

Seção I Do Título Executivo

Art. 783	922
1. Obrigação Certa, Líquida e Exigível.....	922
2. Nulidade da Execução	922
Art. 784	922
1. Títulos Executivos Extrajudiciais	923
2. Títulos de Crédito.....	923
3. Escritura Pública ou Outro Documento Público Assinado pelo Devedor.....	924
4. Documento Particular Assinado pelo Devedor e por Duas Testemunhas.....	924
5. Instrumento de Transação Referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos Advogados dos Transatores ou por Conciliador ou Mediador Credenciado pelo Tribunal	924
6. Contratos Garantidos por Hipoteca, Penhor, Anticrese, Outro Direito Real de Garantia e Caução	925
7. Contratos de Seguro de Vida.....	925
8. Crédito de Foro e Laudêmio.....	925
9. Crédito de Aluguel e de Encargos Acessórios.....	925
10. Certidão de Dívida Ativa	926
11. Contribuições de Condomínio Edifício.....	926
12. Certidão de Serventia Notarial e de Registro	926
13. Demais Títulos.....	926
14. Propositura de Ação Não Inibe o Credor de Promover-lhe a Execução.....	926
15. Título Executivo Extrajudicial Estrangeiro	927
Art. 785	927
1. Interesse Processual e Título Extrajudicial.....	927

Seção II Da Exigibilidade da Obrigação

Art. 786	928
1. Requisitos da Obrigação Exigível em Execução	928

2. Liquidação por Cálculo e Liquidez da Obrigação.....	928
Art. 787	928
1. Sinalagma	928
2. Satisfação	928
3. Exoneração	928
4. Despesas Processuais.....	928
Art. 788	929
1. Adimplemento.....	929
2. Inadimplemento	929
3. Adimplemento Insatisfatório e Violação Positiva do Contrato.....	929

Capítulo V DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

Art. 789	929
1. Responsabilidade Patrimonial.....	929
2. Processualidade.....	930
3. Âmbito de Aplicação.....	930
Art. 790	930
1. <i>Schuld e Haftung</i>	930
2. Sequela.....	931
3. Sócio.....	931
4. Responsabilidade Patrimonial do Empresário Individual	931
5. Em Poder de Terceiros	931
6. Cônjuge	931
7. Intimação do Cônjuge.....	932
8. Em Fraude à Execução	932
9. Em Fraude contra Credores	932
10. Desconsideração de Personalidade Jurídica	932
11. Intimação do Terceiro	932
12. Responsabilidade Patrimonial e Responsabilidade Civil por Fato de Outrem.....	933
13. Dívida <i>Propter Rem</i> e Penhora de Bem de Terceiro	933
Art. 791	933
1. Direito de Superfície	933
2. Responsabilidade do Superficiário por Dívidas que Incidam sobre o Imóvel.....	933
3. Enfitese, Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	933
Art. 792	934
1. Fraude à Execução.....	934
2. Litispendência	935
3. Demanda Real ou Demanda Capaz de Reduzir o Demandado à Insolvência.....	935
4. Desnecessidade de Prova do <i>Consilium Fraudis</i>	935
5. Proteção ao Terceiro de Boa-Fé	936
6. Fraude à Execução e Fraude contra Credores.....	936
7. Fraude à Execução e Alienação de Bem Constrito	936
8. Fraude à Execução e Execução Fiscal.....	937
9. Boa-fé e Bens Não Sujeitos a Registro.....	937
10. Fraude à Execução e Bens do Sócio Antes do Redirecionamento da Execução	937

11. Fraude à Execução e Impenhorabilidade do Bem de Família	937
12. Súmula 375, STJ, e Execução Fiscal	937
13. Intimação do Terceiro	937
Art. 793	938
1. Penhora sobre a Coisa Retida	938
2. <i>Exceptio Excussionis Realis</i>	938
3. Nova Penhora	938
Art. 794	938
1. Benefício de Ordem	938
2. Mesmos Autos	939
3. Benefício de Ordem e Bens Situados em Outro Foro ou Onerados	939
Art. 795	939
1. Bens Particulares dos Sócios	939
2. Redirecionamento	939
3. Formas Sociais	940
4. Desconsideração da Personalidade Jurídica	940
5. Responsabilidade Tributária	940
6. Mesmos Autos	940
Art. 796	940
1. Espólio	941
2. Redirecionamento da Execução contra o Espólio	941

TÍTULO II

DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

1. Técnicas Processuais Executivas	942
--	-----

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 797	942
1. Interesse do Exequente	942
2. Preferência	942
3. Títulos Legais de Preferência	943
4. <i>Concursus Fiscalis</i>	943
5. Mais de Uma Penhora	943
6. Competência	943
Art. 798	943
1. Petição Inicial	944
2. Inclusão das prestações vincendas	944
3. Técnica Processual Executiva	945
4. Instrução	945
5. Prova da Contraprestação	945
6. Requisitos do Demonstrativo de Débito	945
7. Direito à Emenda	946
Art. 799	946
1. Intimação	946

2. Tutela de Urgência	947
3. Averbação da Execução e de Atos Executivos	947
Art. 800	947
1. Obrigações Alternativas e Obrigações Facultativas	947
2. Escolha	947
3. Prazo. Título Executivo Extrajudicial	948
Art. 801	948
1. Direito à Emenda	948
2. Embargos à Execução	948
Art. 802	948
1. Interrupção da Prescrição	948
2. Interrupção de Prescrição e Vistoria	948
3. Prescrição e Títulos Judiciais	949
4. Juros de Mora e Execução de Honorários Advocatícios	949
5. Execução Integral e Prescrição Parcial	949
6. Ação Revisional e Interrupção da Prescrição	949
Art. 803	949
1. Nulidade da Execução	949
2. Exceção de Pré-Executividade	949
Art. 804	950
1. Intimação do Senhorio Direto, Credor Pignoratício, Hipotecário, Anticrético ou Usufrutuário	950
2. Ineficácia	950
Art. 805	950
1. Modo Menos Gravoso para o Executado	950
2. Ônus da Prova do Meio Menos Gravoso	951
3. Prevalência do Princípio da Efetividade da Execução	951
4. Proporcionalidade e Razoabilidade da Execução	951

Capítulo II

DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

1. Coisa Certa e Coisa Incerta	952
--------------------------------------	-----

Seção I

Da Entrega de Coisa Certa

Art. 806	952
1. Tutela dos Direitos e Técnicas Processuais	952
2. Poder Executivo do Juiz. Aplicação Subsidiária do Art. 538, CPC	952
3. Citação do Executado	953
4. Desnecessidade de Segurança do Juízo	953
5. Mandado de Imissão na Posse ou de Busca e Apreensão	953
6. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	953
Art. 807	953
1. Finda a Execução	953

2. Pagamento de Frutos ou Ressarcimento de Prejuízos.....	954
Art. 808	954
1. Opção do Exequente.....	954
2. Embargos de Terceiro.....	954
Art. 809	954
1. Tutela Ressarcitória e Tutela Reparatória.....	954
2. Valor da Coisa e dos Prejuízos.....	954
3. Conversão da Execução para Entrega de Coisa para Execução por Quantia Certa.....	955
Art. 810	955
1. Benfeitorias Indenizáveis.....	955
2. Direito de Retenção.....	955
3. Saldo em Favor do Devedor.....	955
4. Saldo em Favor do Credor.....	956

Seção II Da Entrega de Coisa Incerta

Art. 811	956
1. Prévia Determinação.....	956
2. Ausência de Escolha.....	956
Art. 812	956
1. Impugnação.....	956
2. Decisão.....	956
Art. 813	956
1. Execução para Entrega de Coisa Certa.....	956

Capítulo III DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER

Seção I Disposições Comuns

Art. 814	957
1. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	957
2. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva.....	957
3. Data a Partir da Qual Será Devida.....	957
4. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa.....	958
5. Critérios Jurisprudenciais para a Fixação da Multa Coercitiva.....	958

Seção II Da Obrigação de Fazer

1. Fazer Fungível e Fazer Infungível.....	958
Art. 815	959
1. Prazo para Satisfazê-la.....	959
2. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	959
3. Embargos à Execução.....	959
Art. 816	959
1. Executada à Custa do Devedor.....	959

2. Urgência na Realização da Prestação	959
3. Perdas e Danos	959
4. Cláusula Penal.....	960
Art. 817	960
1. Realização por Terceiro	960
2. Aprovação da Proposta.....	960
Art. 818	960
1. Prestado o Fato.....	960
2. Prosseguimento da Execução pela Quantia Adiantada	961
Art. 819	961
1. Ausência de Prestação ou Prestação Incompleta ou Defeituosa.....	961
2. Oitiva do Terceiro.....	961
3. Decisão	961
Art. 820	962
1. Preferência do Exequente.....	962
Art. 821	962
1. Fazer Infungível	962
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	962

Seção III

Da Obrigação de Não Fazer

Art. 822	962
1. Imposição de Não Fazer e Imposição de Desfazer	962
2. Imposição de Não Fazer	963
3. Imposição de Desfazer	963
4. Urgência em Desfazer	963
Art. 823	963
1. Desfazimento à Custa do Executado	963
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	963

Capítulo IV

DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 824	964
1. Execução por Quantia Certa	964
Art. 825	964
1. Expropriação.....	964
2. Preferência	964
Art. 826	964
1. Remição da Execução.....	965
2. Remição da Execução Fiscal.....	965

3. Legitimidade	965
4. Termo Final	965
5. Desconstituição da Adjudicação ou Alienação.....	965

Seção II

Da Citação do Devedor e do Arresto

Art. 827	965
1. Honorários de Advogado	965
2. Redução da Verba Honorária	965
3. Não Aplicação ao Cumprimento de Sentença Condenatória.....	966
Art. 828	966
1. Averbação	966
2. Faculdade do Demandante.....	966
3. Ação Cujas Condições de Tutela do Direito Pode Levar o Demandado ao Estado de In- solvência.....	967
4. Certidão.....	967
5. Comunicação	967
6. Cancelamento	967
7. Averbação Manifestamente Indevida	968
Art. 829	968
1. Citação.....	968
2. Decisão que Determina a Citação.....	968
3. Litisconsórcio Passivo	968
4. Penhora e Avaliação	969
5. Indicação de Bens à Penhora pelo Exequente	969
6. Dever de Indicação de Bens à Penhora pelo Executado.....	969
7. Direito de Indicação de Bens pelo Executado.....	969
8. Realização Superveniente da Penhora e Defesa do Executado	970
9. Desconsideração da Pessoa Jurídica e Desconsideração Inversa da Pessoa Jurídica.....	970
10. Juros de Mora	970
Art. 830	970
1. Pré-penhora	970
2. Duas Vezes em Dias Distintos.....	970
3. Citação do Executado	971
4. Conversão Automática.....	971
5. Desnecessidade de Intimação da Conversão da Pré-penhora em Penhora.....	971
6. Modalidades de Arresto Executivo.....	971

Seção III

Da Penhora, do Depósito e da Avaliação

Subseção I

Do Objeto da Penhora

Art. 831	971
1. Objeto da Penhora	971

Art. 832	972
1. Impenhoráveis ou Inalienáveis	972
2. Tipicidade.....	972
3. Disponibilidade.....	972
Art. 833	972
1. Impenhorabilidade.....	973
2. Honorários de Profissional Liberal.....	973
3. Comissões de Leiloeiro	973
4. Necessários ou Úteis ao Exercício de Qualquer Profissão.....	973
5. Pequena Propriedade Rural	974
6. Quotas Sociais	974
7. Bem de Família	974
8. Penhorabilidade do Bem de Família	975
9. Impenhorabilidade de Bem de Família e Preclusão.....	975
10. Impenhorabilidade de Bem de Família e Fraude à Execução	976
11. Crédito Concedido para Aquisição do Próprio Bem.....	976
12. Créditos destinados ao FIES	976
13. Crédito Alimentar.....	976
14. Impenhorabilidade de Remuneração e Depósitos em Caderneta de Poupança	976
15. Remuneração e Impenhorabilidade.....	976
16. Impenhorabilidade de Depósitos em Conta-Corrente e em Fundos de Investimentos....	977
17. Preservação do Mínimo Existencial.....	977
18. Impenhorabilidade e Ação de Improbidade Administrativa	977
Art. 834	978
1. Penhorabilidade, à Falta de Outros Bens	978
Art. 835	978
1. Ordem Preferencial.....	978
2. Ações e Quotas de Sociedades Empresárias.....	979
3. Percentual do Faturamento de Empresa Executada	979
4. Títulos e Valores Mobiliários com Cotação em Mercado.....	979
5. Outros Direitos.....	979
6. Alteração da Ordem Legal.....	979
7. Execução de Crédito com Garantia Real	980
Art. 836	980
1. Não Realização da Penhora	980
2. Relação de Bens e Depósito Provisório.....	980

Subseção II

Da Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito

Art. 837	980
1. Comunicação Eletrônica de Atos Executivos	980
Art. 838	980
1. Requisitos	981
Art. 839	981
1. Penhora e Depósito.....	981

Art. 840	981
1. Depositário.....	982
2. Preferencialmente Depositados.....	982
3. Direitos e Deveres do Depositário.....	982
4. Prisão Civil. STF.....	982
Art. 841	983
1. Penhora e Intimação do Executado.....	983
2. Dispensa de Intimação do Executado.....	984
3. Alteração do Endereço do Advogado e Intimação Dirigida ao Endereço Constante dos Autos.....	984
Art. 842	984
1. Cônjuge do Executado.....	984
Art. 843	984
1. Bem Indivisível.....	984
2. Outras Hipóteses de Condomínio sobre Bem Indivisível.....	985
3. Insuficiência do Produto da Expropriação.....	985
4. Preferência na Arrematação.....	985
Art. 844	985
1. Presunção Absoluta de Conhecimento por Terceiros.....	985
2. Irrelevância da Averbação da Penhora para a sua Constituição.....	985

Subseção III

Do Lugar de Realização da Penhora

Art. 845	986
1. Onde Quer que se Encontrem os Bens.....	986
2. Realização da Penhora.....	986
3. Penhora de Imóveis.....	986
4. Execução por Carta.....	986
5. Embargos à Execução por Carta.....	986
Art. 846	987
1. Ordem de Arrombamento.....	987
2. Tutela Penal.....	987
3. Auto Circunstanciado.....	987
4. Força Policial.....	987
5. Auto da Ocorrência.....	987

Subseção IV

Das Modificações da Penhora

Art. 847	988
1. Substituição do Bem Penhorado.....	988
2. Ônus do Executado.....	988
3. Oferecimento de Bem Imóvel em Substituição.....	989
4. Contraditório.....	989
Art. 848	989
1. Substituição da Penhora.....	989

2. Substituição por Carta de Fiança ou Apólice de Seguro	989
3. Contraste entre o Art. 847 e Art. 848	990
Art. 849	990
1. Substituição de Bem Penhorado e Novo Termo.....	991
Art. 850	991
1. Instabilidade da Penhora	991
Art. 851	991
1. Segunda Penhora	991
2. Impugnação da Execução e Realização de Segunda Penhora	991
Art. 852	991
1. Alienação Antecipada	992
Art. 853	992
1. Contraditório	992
2. Contraditório Postergado e Alienação Antecipada de Bem	992
3. Decisão	992

Subseção V

Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira

Art. 854	992
1. Penhora Eletrônica.....	993
2. Bacenjud	993
3. Outros Instrumentos de Penhora Eletrônica	994
4. Dever de se Cadastrar Junto aos Sistemas de Penhora Eletrônica	994
5. Penhora Eletrônica e Direito à Intimidade	994
6. Controle Judicial da Indisponibilidade	995
7. Impenhorabilidade.....	995
8. Responsabilidade Civil da Instituição Financeira	995
9. Partido Político	996
10. Multa Sancionatória.....	996
11. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito	996
12. Bloqueio de Ativos Financeiros e Citação do Executado.....	996

Subseção VI

Da Penhora de Créditos

Art. 855	996
1. Penhora de Crédito	997
Art. 856	997
1. Penhora de Crédito Representado por Título de Crédito.....	997
2. Pagamento do Terceiro.....	997
3. Conluio Entre o Executado e o Terceiro	997
Art. 857	997
1. Sub-rogação ou Alienação.....	998
2. Prosseguimento na Execução	998
3. Sub-rogação, Alienação e Compensabilidade	998

Art. 858	998
1. Juros, Rendimentos e Prestações.....	998
Art. 859	999
1. Penhora sobre Direito a Coisa.....	999
Art. 860	999
1. Penhora sobre Direito Litigioso.....	999
2. Penhora no Rosto dos Autos e Arbitragem.....	999

Subseção VII

Da Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas

Art. 861	1000
1. Subsidiariedade.....	1000
2. Penhora de Quotas de Sociedades e Vedação Contratual.....	1000
3. Sociedades de Capital e Sociedades de Pessoas.....	1000
4. Sociedades Cooperativas.....	1001
5. Penhora de Quotas, Alienação de Bens da Sociedade e Fraude à Execução.....	1001
6. Penhora de Quotas e Preferência para Sua Aquisição.....	1001
7. Prazo do Procedimento de Penhora e Alienação de Quotas Sociais.....	1001

Subseção VIII

Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes

Art. 862	1002
1. Penhora sobre Estabelecimento Comercial, Industrial ou Agrícola, Semoventes, Plantações ou Edifício em Construção.....	1002
2. Depositário-administrador.....	1002
3. Edifícios Construídos Sob Regime de Incorporação e Penhora.....	1002
4. Administrador e Afastamento do Incorporador.....	1002
Art. 863	1003
1. Penhora sobre Empresa Mediante Concessão ou Autorização.....	1003
2. Ausência de Intimação do Poder Público.....	1003
Art. 864	1003
1. Penhora sobre Navio ou Aeronave.....	1003
2. Depositário.....	1004
Art. 865	1004
1. Princípio da Menor Onerosidade.....	1004

Subseção IX

Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa

Art. 866	1004
1. Percentual de Faturamento.....	1004
2. Excepcionalidade.....	1004

Subseção X
Da Penhora de Frutos e Rendimentos
de Coisa Móvel ou Imóvel

Art. 867	1005
1. Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa	1005
2. Menos Gravoso ao Executado e Eficiente para o Recebimento do Crédito	1005
Art. 868	1005
1. Perda do Gozo	1006
2. Eficácia da Penhora	1006
3. Administrador	1006
Art. 869	1006
1. Depositário	1006
2. Contraditório e Nomeação de Terceiro	1007
3. Tempo Necessário	1007
4. Decisão	1007
5. Pagamento	1007
6. Locação	1007

Subseção XI
Da Avaliação

Art. 870	1007
1. Avaliação	1007
2. Avaliador	1008
3. Contraditório. Possibilidade de Nomeação de Assistente Técnico	1008
4. Avaliação Errônea	1008
Art. 871	1008
1. Desnecessidade	1009
2. Avaliação Regular	1009
3. Aceitação da Avaliação e Presunção Relativa	1009
Art. 872	1009
1. Laudo de Avaliação	1009
2. Cômoda Divisão do Bem e Alienação	1009
3. Fração Impenhorável	1010
Art. 873	1010
1. Nova Avaliação	1010
2. Hipóteses	1010
3. Segunda Avaliação	1010
Art. 874	1010
1. Requerimento do Interessado e Oitiva da Parte Contrária	1011
2. Adequação da Penhora	1011
Art. 875	1011
1. Início dos Atos de Expropriação	1011

Seção IV Da Expropriação de Bens

Subseção I Da Adjudicação

Art. 876	1011
1. Adjudicação	1012
2. Adjudicação e Dação em Pagamento.....	1012
3. Momento.....	1012
4. Legitimados.....	1013
5. Preferência	1013
6. Intimação.....	1013
7. Preço.....	1013
8. Crédito Inferior e Crédito Superior.....	1013
Art. 877	1013
1. Prazo para a Lavratura do Auto	1014
2. Questões Decididas.....	1014
3. Auto de Adjudicação	1014
4. Carta de Adjudicação ou Mandado de Entrega	1014
5. Remição de Bem Hipotecado.....	1014
6. Remição e Bem de Falido ou Insolvente	1015
Art. 878	1015
1. Renovação do Direito de Adjudicação Quando Frustradas as Tentativas de Alienação do Bem	1015

Subseção II Da Alienação

Art. 879	1015
1. Modalidades de Alienação Judicial.....	1015
Art. 880	1015
1. Alienação por Iniciativa Particular.....	1016
2. Momento.....	1016
3. Alienação Particular de Ofício.....	1016
4. Preço.....	1016
5. Controle Judicial	1016
6. Termo de Alienação	1016
7. Carta de Alienação ou Mandado de Entrega	1017
8. Questões Decididas.....	1017
9. Provimentos dos Tribunais	1017
10. Inexistência de Corretor ou Leiloeiro no Foro da Causa	1017
Art. 881	1017
1. Ordem de Preferência das Técnicas de Alienação	1017
2. Alienação e Bolsa de Valores.....	1017
Art. 882	1018
1. Prioridade Entre as Técnicas de Leilão Judicial	1018

2. Garantias Necessárias para o Leilão Eletrônico	1018
3. Local de Realização do Leilão Presencial	1018
Art. 883	1018
1. Indicação.....	1018
Art. 884	1018
1. Comissão de Leiloeiro.....	1019
Art. 885	1019
1. Parâmetros do Leilão Judicial	1019
Art. 886	1019
1. Edital de Leilão Público	1019
2. Local.....	1020
3. Execução Fiscal e Segundo Leilão	1020
Art. 887	1020
1. Fixação e Publicação de Editais	1020
2. Cientificação do Executado.....	1020
3. Intimação de Titulares de Direitos Reais Limitados, Direitos Reais de Garantia e Alguns Outros Interesses Sobre o Bem	1021
4. Intimação do Exequente	1021
Art. 888	1021
1. Transferência.....	1021
2. Responsabilidade	1022
Art. 889	1022
1. Intimações Necessárias.....	1022
2. Ineficácia da Alienação Quando Não Realizadas as Intimações.....	1022
Art. 890	1023
1. Legitimidade para Oferecer Lance.....	1023
Art. 891	1023
1. Preço Vil	1023
Art. 892	1024
1. Pagamento do Lance Vencedor	1024
2. Arrematação	1024
3. Arrematação pelo Exequente	1024
4. Preferência na Arrematação.....	1024
Art. 893	1024
1. Diversos Bens.....	1025
Art. 894	1025
1. Cômoda Divisão	1025
2. Ausência de Lançador	1025
3. Requerimento de Alienação Fracionada de Bem	1025
Art. 895	1025
1. Prestações.....	1026
2. Inadimplemento das Prestações	1026
Art. 896	1026
1. Imóvel de Incapaz	1027

2. Pretendente.....	1027
Art. 897	1027
1. Inadimplemento	1027
Art. 898	1027
1. Fiador.....	1027
Art. 899	1027
1. Satisfação do Exequente.....	1027
2. Menor Onerosidade	1017
Art. 900	1028
1. Prosseguimento.....	1028
Art. 901	1028
1. Auto de Arrematação	1028
2. Prazo de Espera para a Expedição da Ordem de Entrega ou de Imissão e da Carta de Arrematação	1028
3. Ordem de Entrega	1028
4. Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega.....	1029
5. Requisitos da Carta de Arrematação.....	1029
6. Imissão na Posse.....	1029
Art. 902	1029
1. Remição de Bem Hipotecado.....	1030
Art. 903	1030
1. Perfeita, Acabada e Irretratável	1030
2. Ineficácia da Arrematação	1031
3. Invalidade da Arrematação.....	1031
4. Decisão	1031
5. Procedência dos Embargos do Executado ou da Impugnação	1031
6. Expedição da Carta de Arrematação e Desconstituição da Alienação	1032
7. Arrependimento do Arrematante.....	1032

Seção V

Da Satisfação do Crédito

Art. 904	1032
1. Satisfação do Credor	1032
Art. 905	1032
1. Entrega do Dinheiro	1033
2. Credor.....	1033
3. Plantão Judiciário e Vedação de Levantamento de Dinheiro ou de Liberação de Bens.....	1033
Art. 906	1033
1. Quitação	1033
Art. 907	1034
1. Devedor	1034
Art. 908	1034
1. Concurso Singular de Credores.....	1034
2. Preferência	1034

3. Adjucação, Alienação e Sub-rogação do Crédito	1035
4. Execução e Penhora.....	1035
Art. 909	1035
1. Cognição.....	1035
2. Decisão	1035

Capítulo V DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Art. 910	1035
1. Execução contra a Fazenda Pública	1036
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública	1036
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial	1036
4. Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória.....	1036
5. Citação para Oposição de Embargos	1037
6. Embargos à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo... ..	1037
7. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	1037
8. Conteúdo dos Embargos à Execução contra a Fazenda Pública.....	1038
9. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal.....	1038
10. Precatório.....	1038
11. Precatório Alimentar.....	1038
12. Débitos de Natureza Alimentícia	1039
13. Precatório Complementar.....	1039
14. Ausência de Pagamento de Precatório. Intervenção Federal.....	1039
15. Crédito de Pequeno Valor.....	1039
16. Preferência e Sequestro.....	1040
17. Correção Monetária de Precatórios	1040
18. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública.....	1041
19. Juros de Mora e Expedição do Precatório	1041

Capítulo VI DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Art. 911	1042
1. Alimentos	1042
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos	1042
3. Título Executivo	1043
4. Expropriação.....	1043
5. Oferecimento de Impugnação ou de Embargos	1043
6. Execução por Coerção e Citação do Executado	1043
7. Prisão Civil.....	1044
8. Prazo.....	1044
Art. 912	1044
1. Desconto em Folha	1045
2. Dever de Terceiros.....	1045

3. Desconto em Renda.....	1045
Art. 913	1045
1. Execução de Alimentos por Expropriação Patrimonial.....	1045

TÍTULO III DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

Art. 914	1046
1. Embargos do Executado.....	1046
2. Embargos à Execução e Ônus da Prova.....	1046
3. Independentemente de Penhora, Depósito ou Caução	1046
4. Distribuição, Apensamento e Instrução.....	1046
5. Embargos dentro da execução e erro grosseiro	1046
6. Outras Formas de Oposição à Execução	1047
7. Exceção de Pré-Executividade	1047
8. Ação Impugnativa Declaratória ou Desconstitutiva Autônoma	1047
9. Embargos à Execução por Carta.....	1048
10. Embargos do Executado e Valor da Causa	1048
Art. 915	1048
1. Prazo.....	1049
2. Mais de Um Executado	1049
3. Cônjuges e Companheiros	1049
4. Execuções por Carta Precatória.....	1049
5. Embargos à Execução e Convenção de Arbitragem	1050
Art. 916	1050
1. Parcelamento	1050
2. Pressupostos Legais.....	1050
3. Deferimento ou Indeferimento	1051
4. Não Pagamento de Qualquer das Prestações	1051
5. Requerimento de Parcelamento e Embargos à Execução	1051
Art. 917	1051
1. Cognição nos Embargos	1052
2. Inviabilidade da Execução	1053
3. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	1053
4. Excesso de Execução	1053
5. Hipóteses de Excesso de Execução	1053
6. Quantia Superior à do Título	1054
7. Cumulação Indevida de Execuções.....	1054
8. Retenção por Benfeitorias	1054
9. Incompetência Absoluta ou Relativa	1054
10. Qualquer Matéria	1054
11. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Compensação	1055
12. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Imissão na Posse.....	1055
13. Arguição de Impedimento e Suspeição.....	1055
Art. 918	1055
1. Rejeição Liminar dos Embargos.....	1055

2. Ausência de Impugnação Específica ao Cálculo do Autor e Rejeição Liminar dos Embargos.....	1056
3. Direito à Emenda.....	1056
4. Improcedência Liminar.....	1056
5. Recurso Cabível	1056
Art. 919	1056
1. Não Terão Efeito Suspensivo.....	1057
2. Atribuição de Efeito Suspensivo.....	1057
3. Perigo Manifesto de Dano Grave de Difícil ou Incerta Reparação.....	1057
4. Prévia e Suficiente Garantia da Execução	1058
5. Modulação do Efeito Suspensivo	1058
6. Alcance do Efeito Suspensivo	1058
7. Decisão Relativa ao Efeito Suspensivo	1058
8. Recurso Cabível	1058
9. Efeito Suspensivo e Prescrição Intercorrente.....	1059
Art. 920	1059
1. Resposta do Embargado.....	1059
2. Revelia do Embargado	1059
3. Julgamento Imediato ou Audiência	1059
4. Julgamento de Procedência dos Embargos e Sorte da Adjudicação, Alienação ou Arrematação.....	1060
5. Honorários Advocatícios.....	1060
6. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública.....	1060

TÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo I

DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 921	1062
1. Suspensão da Execução	1062
2. Embargos à Execução e Impugnação.....	1062
3. Causas Gerais de Suspensão do Processo.....	1062
4. Ausência de Bens Penhoráveis.....	1063
5. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal	1063
6. Prescrição Intercorrente e Intimação do Exequente.....	1063
7. Prescrição Intercorrente e Falecimento do Exequente	1063
8. Não Localização de Bens e Arquivamento da Execução	1064
Art. 922	1064
1. Convenção das Partes.....	1064
Art. 923	1064
1. Atos Urgentes	1064

Capítulo II
DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 924	1065
1. Extinção da Execução	1065
2. Entrega do Dinheiro	1065
3. Pagamento de Débito no Âmbito Administrativo	1065
4. Outras Hipóteses	1065
Art. 925	1065
1. Declaração por Sentença	1065
2. Extinção da Execução e Apelação.....	1065

LIVRO III

**DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS
DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**

TÍTULO I

**DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA
ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS**

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 926	1068
1. Liberdade, Igualdade e Segurança Jurídica	1068
2. Tribunais.....	1069
3. Precedente, Jurisprudência e Súmula	1070
4. Estável, Íntegra e Coerente.....	1071
5. <i>Stare Decisis</i>	1072
6. <i>Stare Decisis</i> Horizontal.....	1072
7. Precedente do STF. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1072
8. Precedente do STJ. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1073
Art. 927	1074
1. <i>Stare Decisis</i> Vertical	1074
2. <i>Ratio Decidendi</i>	1075
3. <i>Obiter Dictum</i>	1075
4. Jurisprudência	1076
5. Interpretação e Aplicação	1076
6. Formação	1076
7. Distinção	1076
8. Superação.....	1077
9. Superação para Frente	1077
10. Modulação de Efeitos	1078
11. Quórum para Superação para Frente	1078
12. Superação Parcial	1078

Art. 928	1079
1. Julgamentos Repetitivos.....	1079
2. Objeto.....	1079

Capítulo II DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

Art. 929	1080
1. Registro.....	1080
2. Descentralizado.....	1080
Art. 930	1080
1. Distribuição.....	1080
2. Prevenção.....	1080
Art. 931	1080
1. Relator.....	1080
Art. 932	1080
1. Poderes do Relator.....	1081
2. Direção do Processo.....	1082
3. Questões Incidentais.....	1082
4. Não Conhecer.....	1082
5. Negar Provimento.....	1082
6. Dar Provimento.....	1082
7. Colegiado.....	1083
8. Colegiado Como Última Instância.....	1083
9. Dever de Prevenção.....	1083
10. Saneamento Recursal e Vícios Formais.....	1083
Art. 933	1083
1. Dever de Diálogo.....	1084
2. Momento.....	1084
Art. 934	1084
1. Publicidade.....	1084
Art. 935	1084
1. Pauta.....	1085
2. Nova Pauta.....	1085
3. Vista dos Autos.....	1085
Art. 936	1085
1. Ordem.....	1085
Art. 937	1085
1. Sustentação Oral.....	1086
2. Feitos que Admitem.....	1086
3. Não Surpresa.....	1086
4. Sustentação Oral e Agravo Interno de Negativa de Provimento de Recurso Especial.....	1086
5. Sustentação Oral e Agravo Interno de Decisões Proferidas em Processos de Competência Originária.....	1087

Art. 938	1087
1. Questões Preliminares.....	1087
2. Vício Sanável.....	1087
Art. 939	1088
1. Julgamento Principal.....	1088
2. Juízes Vencidos.....	1088
Art. 940	1088
1. Vista.....	1088
Art. 941	1089
1. Resultado.....	1089
2. Juiz Afastado ou Substituído.....	1089
3. Voto Vencido.....	1089
Art. 942	1089
1. Ampliação do Debate.....	1090
2. Não Unânime.....	1090
3. Decisões Finais.....	1090
4. Não se Aplica.....	1090
5. Prosseguimento.....	1091
6. Embargos Declaratórios do Julgamento Ampliado.....	1091
Art. 943	1091
1. Suporte.....	1091
2. Ementa.....	1091
3. Publicação.....	1091
Art. 944	1091
1. Notas.....	1092
Art. 945	1092
1. Julgamento Eletrônico.....	1092
Art. 946	1092
1. Ordem de Julgamento.....	1092

Capítulo III DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 947	1092
1. Assunção de Competência.....	1093
2. Legitimidade.....	1093
3. Julgamento.....	1093
4. Procedimento.....	1093

Capítulo IV DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

Art. 948	1093
1. Controle de Constitucionalidade.....	1093

2. Controle Difuso	1094
3. Arguição de Inconstitucionalidade	1094
Art. 949	1094
1. Admissão	1094
2. Rejeição	1094
3. Dispensa	1095
Art. 950	1095
1. Procedimento	1095
2. Direito à Manifestação	1095
3. Decisão	1095

Capítulo V DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Art. 951	1096
1. Legitimidade	1096
2. Ministério Público	1096
Art. 952	1096
1. Ilegitimidade	1096
2. Incompetência	1096
Art. 953	1096
1. Competência	1097
2. Forma de Instauração	1097
3. Prova	1097
Art. 954	1097
1. Oitiva	1097
Art. 955	1097
1. Suspensão	1098
2. Urgência	1098
3. Decisão Monocrática	1098
Art. 956	1098
1. Apresentação	1098
Art. 957	1098
1. Decisão	1098
2. Validade	1099
3. Recorribilidade	1099
Art. 958	1099
1. Conflito Interno	1099
2. Reprodução Obrigatória	1099
Art. 959	1099
1. Conflito de Atribuições	1099
2. Competência	1100

Capítulo VI
DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA
E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA

Art. 960	1100
1. Homologação.....	1100
2. Direito à Homologação.....	1100
3. Decisão Interlocutória Estrangeira.....	1100
4. Decisão Arbitral Estrangeira.....	1100
Art. 961	1101
1. Eficácia.....	1101
2. Parcialmente.....	1101
3. Urgência e Execução Provisória.....	1101
4. Execução Fiscal.....	1101
5. Divórcio Consensual.....	1102
Art. 962	1102
1. Medida de Urgência.....	1102
2. Probabilidade e Urgência.....	1102
3. Validade Expressamente Reconhecida.....	1102
4. Tutela de Evidência.....	1102
Art. 963	1103
1. Homologação.....	1103
2. <i>Exequatur</i>	1103
3. Procedimento.....	1103
Art. 964	1103
1. Jurisdição Nacional e Jurisdição Estrangeira.....	1103
Art. 965	1104
1. Sentença Estrangeira Dependente de Cumprimento.....	1104
2. Procedimento.....	1104

Capítulo VII
DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 966	1104
1. Ação Rescisória.....	1105
2. Ação Rescisória, Ação Anulatória e <i>Querela Nullitatis Insanabilis</i>	1105
3. Decisão de Mérito.....	1106
4. Decisão Impeditiva.....	1106
5. Cabimento.....	1106
6. Prevaricação, Concussão ou Corrupção.....	1107
7. Impedimento ou Incompetência.....	1107
8. Dolo Processual.....	1107
9. Colusão Entre as Partes.....	1107
10. Coisa Julgada.....	1108
11. Violação Manifesta de Norma Jurídica.....	1108

12. Violação Manifesta de Norma Jurídica em Um Sistema de Precedentes.....	1108
13. Violação de Precedente por Ausência de Subsunção, Necessidade de Distinção e Ação Rescisória.....	1109
14. Ônus de Demonstração Analítica da Distinção.....	1109
15. Prova Falsa.....	1109
16. Prova Nova.....	1110
17. Erro de Fato.....	1110
18. Ação Anulatória.....	1110
19. Objeto.....	1110
20. Fundamentos.....	1111
21. Prazo.....	1111
22. Competência.....	1111
23. Procedimento.....	1111
24. Efeitos.....	1111
Art. 967	1112
1. Legitimidade Ativa.....	1112
2. Legitimidade Passiva.....	1112
Art. 968	1113
1. Petição Inicial.....	1113
2. <i>Iudicium Rescindens</i> e <i>Iudicium Rescissorium</i>	1113
3. Depósito.....	1113
4. Dispensa.....	1114
5. Valor da Causa.....	1114
6. Indeferimento.....	1114
7. Improcedência Liminar.....	1114
8. Recurso.....	1114
9. Competência.....	1114
10. Competência e Dever de Auxílio.....	1115
11. Complementação.....	1115
Art. 969	1115
1. Não Impede o Cumprimento.....	1115
2. Tutela Cautelar ou Tutela Antecipada.....	1115
Art. 970	1116
1. Citação.....	1116
2. Prazo.....	1116
3. Resposta.....	1116
4. Revelia.....	1116
5. Ônus de Impugnação Específica.....	1116
6. Procedimento Comum.....	1116
Art. 971	1116
1. Relator.....	1117
Art. 972	1117
1. Instrução.....	1117
2. Devolução dos Autos.....	1117

Art. 973	1117
1. Razões Finais	1117
2. Ministério Público	1117
3. Julgamento.....	1117
Art. 974	1118
1. Procedência.....	1118
2. Inadmissibilidade	1118
3. Improcedência	1118
4. Multa	1118
5. Recursos.....	1118
Art. 975	1118
1. Direito à Rescisão da Coisa Julgada.....	1119
2. Trânsito em Julgado	1119
3. Crítica à Tese do Trânsito em Julgado Uno e Único	1119
4. Inadmissibilidade Recursal e Trânsito em Julgado	1121
5. Prova Nova.....	1121
6. Simulação ou Colusão das Partes.....	1122

Capítulo VIII DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 976	1122
1. Finalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1123
2. Multiplicação de Demandas.....	1123
3. Mesma Questão de Direito	1123
4. Ofensa à Isonomia ou à Segurança Jurídica	1123
5. Causa Pendente de Análise no Tribunal ou em Primeiro Grau.....	1123
6. Inexistência de Afetação de Recurso Repetitivo sobre a Questão	1124
7. Questão de Direito Material ou Processual.....	1124
8. Desistência ou Abandono do Processo	1124
9. Custas Processuais.....	1124
10. Negócios Processuais e IRDR	1124
11. IRDR e <i>Collateral Estoppel</i>	1124
Art. 977	1124
1. Legitimidade	1125
2. Documentos Necessários	1125
3. Prazo.....	1125
Art. 978	1125
1. Competência.....	1125
2. Prevenção.....	1125
Art. 979	1125
1. Publicidade	1126
2. Comunicação Específica aos Legitimados para a Tutela Coletiva	1126

Art. 980	1126
1. Prazo de Julgamento e Preferência	1126
Art. 981	1126
1. Juízo de Admissibilidade	1126
Art. 982	1127
1. Suspensão dos Processos	1127
2. Exclusão do Regime de Suspensão	1127
3. Requisição de Informações	1127
4. Intervenção do Ministério Público	1128
5. Pedido de Tutela de Urgência	1128
6. Ampliação do Efeito Suspensivo do Incidente	1128
7. Modulação do Efeito Suspensivo	1128
Art. 983	1128
1. Instrução do Incidente	1128
2. Preservação do Contraditório	1129
Art. 984	1129
1. Etapas do Julgamento do Incidente	1129
2. Abrangência do Conteúdo do Julgamento	1129
Art. 985	1129
1. Obrigatoriedade de Observância da Decisão	1130
2. Reclamação	1130
3. Reclamação para Tribunais Superiores e Esgotamento das Instâncias Ordinárias	1130
4. Comunicação à Agência Reguladora	1130
Art. 986	1130
1. Revisão da Tese	1130
2. Outros Legitimados para a Revisão	1130
Art. 987	1131
1. Cabimento de Recurso Especial e Extraordinário	1131
2. Presunção de Repercussão Geral	1131
3. Abrangência da Decisão do Tribunal Superior	1131
4. Efeito Suspensivo	1132
5. Reclamação	1132

Capítulo IX DA RECLAMAÇÃO

Art. 988	1132
1. Reclamação	1133
2. Cabimento	1133
3. Cognição <i>Secundum Eventum Probationis</i>	1134
4. Autonomia	1134
5. Competência	1134
6. Esgotamento das Instâncias Ordinárias	1134

Art. 989	1135
1. Relator	1135
2. Contestação	1135
Art. 990	1135
1. Impugnação	1135
2. Contraditório	1135
Art. 991	1135
1. Ministério Público	1135
Art. 992	1136
1. Competência	1136
2. Autoridade	1136
3. Medida Adequada	1136
Art. 993	1136
1. Imediato Cumprimento	1136

TÍTULO II DOS RECURSOS

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Recurso	1137
2. Sucedâneos Recursais	1137
3. Duplo Grau de Jurisdição	1137
4. Taxatividade	1137
5. Unirrecorribilidade	1137
6. Fungibilidade	1137
7. Consumação	1138
8. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	1138
9. Juízo de Admissibilidade, Colaboração e Unidade do Direito	1139
10. Requisitos Intrínsecos	1139
11. Cabimento	1139
12. Interesse Recursal	1139
13. Legitimidade	1140
14. Inexistência de Fato Extintivo	1140
15. Requisitos Extrínsecos	1140
16. Tempestividade	1140
17. Regularidade Formal	1140
18. Regularidade Formal, Enfrentamento das Razões e Ônus de Alegação Específica. Comunidade Argumentativa de Trabalho	1140
19. Inexistência de Fato Impeditivo	1141
20. Preparo	1141
21. Efeitos	1141
22. Devolutivo	1141
23. Translativo	1141
24. Suspensivo	1142

25. Expansivo	1142
26. Obstativo	1142
27. Substitutivo.....	1142
Art. 994	1142
1. Taxatividade.....	1143
Art. 995	1143
1. Não Impedem a Eficácia da Decisão	1143
2. Disposição Legal.....	1143
3. Decisão Judicial.....	1143
4. Suspensão da Decisão Recorrida	1144
Art. 996	1144
1. Parte Vencida	1144
2. Terceiro Prejudicado	1144
3. Pessoas Jurídicas de Direito Público	1145
4. Ministério Público	1145
Art. 997	1146
1. Recurso	1146
2. Recurso Adesivo.....	1146
3. Admissibilidade	1146
4. Subordinação	1146
5. Taxatividade.....	1147
6. Interposição	1147
7. Mesmas Regras	1147
Art. 998	1147
1. Desistência.....	1147
2. Litisconsórcio	1148
3. Precedentes	1148
Art. 999	1148
1. Renúncia.....	1148
2. Litisconsórcio	1148
Art. 1.000	1149
1. Aceitação	1149
2. Expressa ou Tácita.....	1149
3. Depósito do Valor da Condenação e Multa	1149
4. Litisconsórcio	1149
Art. 1.001	1149
1. Irrecorribilidade	1149
2. Casuística.....	1150
Art. 1.002	1150
1. No Todo ou em Parte	1150
Art. 1.003	1150
1. Fluência e Contagem	1151

2. Antes da Citação	1151
3. Protocolo	1151
4. Correio.....	1151
5. Prazo.....	1151
6. Feriado Local.....	1151
7. Precedente do STJ sobre a Comprovação de Feriado Local	1152
Art. 1.004	1152
1. Interrupção de Prazo.....	1152
Art. 1.005	1152
1. Litisconsórcio Unitário	1152
2. Solidariedade	1153
Art. 1.006	1153
1. Baixa dos Autos.....	1153
Art. 1.007	1153
1. Preparo.....	1154
2. Dispensa	1154
3. Deserção	1154
Art. 1.008	1155
1. No que Tiver Sido Objeto.....	1155

Capítulo II DA APELAÇÃO

Art. 1.009	1155
1. Cabimento	1155
2. Regra da Decisão Final.....	1156
3. Fundamentos	1156
Art. 1.010	1156
1. Forma	1157
2. Independentemente de Juízo de Admissibilidade.....	1157
Art. 1.011	1157
1. Relator	1157
2. Decisão Monocrática	1157
3. Voto	1157
Art. 1.012	1158
1. Efeito Suspensivo.....	1158
2. Cumprimento Imediato	1158
3. Alimentos	1159
4. Embargos à Execução	1159
5. Tutela Provisória	1159
6. Efeito Suspensivo <i>Ope Judicis</i>	1159
Art. 1.013	1160
1. Efeito Devolutivo.....	1160

2. Efeito Translativo.....	1160
3. Causa Madura.....	1161
4. Tutela Provisória	1161
Art. 1.014	1161
1. Questões de Fato.....	1161
2. Prova Nova.....	1161

Capítulo III DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 1.015	1162
1. Cabimento.....	1162
2. Rol Taxativo	1162
3. Também Caberá.....	1163
4. Demais Casos	1163
Art. 1.016	1163
1. Forma	1164
Art. 1.017	1164
1. Instrumento	1164
2. Obrigatórias.....	1165
3. Facultativas	1165
4. Obrigatórias, Facultativas e Colaboração.....	1165
5. Preparo.....	1165
6. Interposição	1165
7. Processo Eletrônico.....	1165
Art. 1.018	1165
1. Juntada.....	1166
2. Inadmissibilidade	1166
Art. 1.019	1166
1. Decisão Monocrática	1166
2. Efeito Suspensivo.....	1167
3. Antecipação da Tutela Recursal.....	1167
4. Resposta.....	1167
5. Ministério Público	1167
6. Decisão do Relator.....	1167
Art. 1.020	1168
1. Julgamento.....	1168

Capítulo IV DO AGRAVO INTERNO

Art. 1.021	1168
1. Cabimento Decisão Relator	1168
2. Cabimento Decisão Presidente ou Vice.....	1169
3. Impugnação Específica	1169

4. Reprodução dos Fundamentos	1170
5. Procedimento.....	1170
6. Decisão de Única ou Última Instância.....	1170
7. Julgamento.....	1171
8. Multa.....	1171

Capítulo V DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 1.022	1171
1. Cabimento	1172
2. Obscuridade.....	1172
3. Contradição	1172
4. Omissão.....	1172
5. Erro Material	1173
6. Embargos de Declaração e Agravo Interno	1173
Art. 1.023	1173
1. Prazo.....	1173
2. Petição Escrita	1173
3. Juiz.....	1174
4. Preparo.....	1174
5. Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes	1174
6. Contrarrazões	1174
Art. 1.024	1174
1. Julgamento.....	1175
2. Conversão	1175
3. Complementação.....	1175
4. Desnecessidade de Ratificação	1175
Art. 1.025	1176
1. Prequestionamento	1176
Art. 1.026	1176
1. Não Têm Efeito Suspensivo	1176
2. Outorga de Efeito Suspensivo.....	1177
3. Interrupção de Prazo.....	1177
4. Manifestamente Protelatórios	1177
5. Depósito	1178
6. Revisão do Valor da Multa por Embargos Protelatórios	1178

Capítulo VI DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. Recursos para o STF e para o STJ.....	1178
--	------

Seção I Do Recurso Ordinário

Art. 1.027	1179
1. Recurso Ordinário	1179

2. Recurso Ordinário para o STF	1179
3. Recurso Ordinário para o STJ	1180
4. Agravo de Instrumento	1180
5. Causa Madura.....	1180
6. Tutela Provisória	1181
Art. 1.028	1181
1. Admissibilidade, Procedimento e Efeitos	1181
2. Interposição	1181
3. Processamento no STF e no STJ	1181

Seção II

Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial

1. O STF e o STJ como Cortes Supremas	1181
2. Recurso Extraordinário e Recurso Especial	1183
3. Causa Constitucional e Causa Federal.....	1183
4. Prequestionamento e Embargos de Declaração	1184
5. Única ou Última Instância.....	1184
6. Cabimento Recurso Extraordinário	1185
7. Cabimento Recurso Especial	1185
8. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Direito Probatório	1186
9. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Juizados Especiais	1186
10. Efeito Translativo e Recursos Extraordinários.....	1186

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 1.029	1186
1. Cabimento	1187
2. Fatos do Caso.....	1187
3. Interpretação de Cláusulas Negociais	1188
4. Razões.....	1188
5. Exposição Analítica	1188
6. Dissídio Jurisprudencial	1189
7. Divergência e Orientação Firmada	1190
8. Prova da Divergência.....	1190
9. Fundamento Genérico	1190
10. Desconsideração Vício Formal.....	1190
11. Suspensão em Todo o Território Nacional	1191
12. Tutela Provisória	1191
Art. 1.030	1192
1. Contrarrazões	1192
2. Juízo de Admissibilidade	1192
3. Negar Seguimento. Inadmissibilidade	1193
4. Instrumentos Tópicos para Distinção. Agravo Interno, Agravo em RE e Agravo em REsp	1193
5. Instrumento Heterotópico para Distinção. Ação Rescisória	1194
6. Retratação	1194

7. Sobrestamento	1194
8. Seleção	1195
9. Admissão e Remessa	1195
10. Inadmissão, Agravo em RE e Agravo em REsp	1195
Art. 1.031	1195
1. Interposição Simultânea.....	1195
2. Inversão da Ordem.....	1196
Art. 1.032	1196
1. Livre Trânsito.....	1196
2. Dever de Prevenção.....	1196
Art. 1.033	1197
1. Livre Trânsito.....	1197
2. Dever de Prevenção.....	1197
Art. 1.034	1197
1. Aplicando o Direito à Espécie	1198
2. Efeito Devolutivo e Efeito Translativo	1198
Art. 1.035	1198
1. Repercussão Geral.....	1199
2. Relevância e Transcendência	1200
3. Repercussão Geral e Julgamento de Casos Repetitivos	1200
4. Causas com Repercussão Geral	1201
5. Causas sem Repercussão Geral.....	1201
6. Competência.....	1201
7. <i>Amicus Curiae</i>	1201
8. Quórum.....	1202
9. Momento.....	1202
10. Deliberação Eletrônica.....	1202
11. Suspensão	1202
12. Suspensão, Execução e Coisa Julgada	1202
13. Recurso Equivocadamente Sobrestado.....	1202
14. Recurso Inutilmente Sobrestado	1203
15. Não Reconhecimento.....	1203
16. Reconhecimento	1203
17. Aplicação do Precedente para Inadmissibilidade Recursal	1203
18. Súmula.....	1204

Subseção II

Do Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos

1. Julgamento em Bloco	1204
2. Cinco Estágios	1204
Art. 1.036	1204
1. Aferição	1205
Art. 1.037	1205
1. Afetação.....	1206
2. Suspensão, Execução e Coisa Julgada	1206

3. Distinção	1207
Art. 1.038	1207
1. Instrução	1207
2. Decisão	1208
3. Decisão sobre Questão Não Delimitada	1208
Art. 1.039	1208
1. Irradiação	1208
Art. 1.040	1209
1. Publicação	1209
2. Desistência	1209
Art. 1.041	1209
1. Fidelidade	1210

Seção III

Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

Art. 1.042	1210
1. Cabimento	1211
2. Prazo	1212
3. Razões	1212
4. Contrarrazões	1212
5. Julgamento Conjunto	1212
6. Interposição Conjunta	1212

Seção IV

Dos Embargos de Divergência

Art. 1.043	1213
1. Cabimento	1213
2. Embargos de Divergência e Decisão Monocrática	1214
3. Divergência	1214
4. Razões	1214
5. Fundamento Genérico	1215
Art. 1.044	1215
1. Julgamento	1215

LIVRO COMPLEMENTAR

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1.045	1217
1. <i>Vacatio Legis</i>	1217
Art. 1.046	1217
1. Direito Intertemporal	1217
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	1217
3. Isolamento dos Atos Processuais	1218

4. Aplicação do Código de Processo Civil de 1973	1218
Art. 1.047	1218
1. Direito Intertemporal e Direito Probatório	1219
Art. 1.048	1219
1. Idoso	1219
2. Criança e Tratamento Prioritário.....	1219
3. Pessoa com Deficiência	1220
4. Requerimento	1220
5. Não Cessação	1220
Art. 1.049	1220
1. Procedimento Comum.....	1220
Art. 1.050	1220
1. Cadastro da Administração Pública em Sistema Eletrônico	1220
Art. 1.051	1220
1. Cadastro de Empresas Públicas e Privadas em Sistema Eletrônico	1221
2. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	1221
Art. 1.052	1221
1. Execução contra Devedor Insolvente.....	1221
Art. 1.053	1221
1. Atos Processuais Eletrônicos	1221
Art. 1.054	1221
1. Coisa Julgada e Questão Prejudicial	1222
Art. 1.055	1222
Art. 1.056	1222
1. Termo Inicial da Prescrição Intercorrente.....	1222
2. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal	1222
Art. 1.057	1222
1. Impugnação, Controle de Constitucionalidade e Direito Intertemporal	1222
2. Inconstitucionalidade.....	1222
Art. 1.058	1223
1. Recolhimento de Dinheiro.....	1223
Art. 1.059	1223
1. Tutela Provisória e Fazenda Pública	1223
2. Esgotamento do Objeto da Ação.....	1223
3. Ponderação.....	1224
Art. 1.060	1224
1. Custas na Justiça Federal	1224
Art. 1.061	1224
1. Nulidade da Sentença Arbitral	1224
Art. 1.062	1225
1. Desconsideração de Personalidade Jurídica e Juizados Especiais.....	1225
Art. 1.063	1225
1. Competência Material dos Juizados Especiais Cíveis	1225

Art. 1.064	1225
1. Embargos de Declaração e Juizados Especiais	1225
Art. 1.065	1225
1. Interrupção do Prazo Recursal pela Interposição de Embargos Declaratórios nos Juizados Especiais	1225
Art. 1.066	1226
1. Embargos Declaratórios Criminais e Juizados Especiais	1226
Art. 1.067	1226
1. Embargos de Declaração e Justiça Eleitoral	1226
Art. 1.068	1227
1. Credores Solidários e Extensão do Julgamento	1227
2. Anulação de Partilha	1227
Art. 1.069	1227
1. Avaliação da Efetividade do Código	1227
Art. 1.070	1227
1. Prazo de Agravo Regimental	1227
Art. 1.071	1228
1. Usucapião Extrajudicial	1229
2. Intimação do Poder Público	1229
3. Intimação de Terceiros	1229
4. Procedimento	1229
Art. 1.072	1229
1. Decreto-Lei 25/37	1230
2. Código Civil	1230
3. Assistência Judiciária Gratuita	1230
4. Lei 8.038/1990	1230
5. Lei de Alimentos	1230
6. Lei de Infrações contra a Ordem Econômica	1230
SÚMULAS	1231
Justificativa da Inserção	1231
Supremo Tribunal Federal	1233
– Por Assunto	1233
– Por Ordem Numérica	1258
– Vinculantes por Ordem Numérica	1292
Superior Tribunal de Justiça	1285
– Por Assunto	1295
– Por Ordem Numérica	1389
Teses de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal sobre Processo Civil	1419
Temas de Recursos Repetitivos do Superior Tribunal de Justiça sobre Processo Civil	1431